

# RELATÓRIO E CONTAS

2022

# RELATÓRIO DE GESTÃO

Concessão de Exploração do Sistema Público Municipal de  
Abastecimento de Água dos Concelhos de Santo Tirso e Trofa

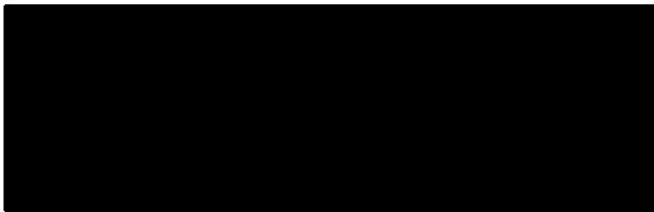
<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
a. A Concessão	3
b. Atividades Desenvolvidas em 2022	4
<b>II. ATIVIDADE</b>	<b>7</b>
a. Serviço de Abastecimento de Água	7
i. Consumos de Água Faturados	8
ii. Balanço da Água	10
iii. Qualidade da Água	11
b. Intervenções operacionais	12
c. Serviço ao cliente	14
d. Faturação e cobrança	16
e. Resíduos recolhidos	18
<b>III. INVESTIMENTO</b>	<b>19</b>
<b>IV. RECURSOS HUMANOS</b>	<b>21</b>
<b>V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	<b>23</b>
<b>VI. PERSPETIVAS E OBJETIVOS</b>	<b>25</b>
<b>VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>27</b>
<b>VIII. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES</b>	<b>27</b>
<b>IX. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>28</b>
<b>X. BALANÇO</b>	<b>29</b>
<b>XI. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>30</b>
<b>XII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>31</b>
<b>XIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>32</b>
<b>XIV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>33</b>
<b>XV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>69</b>
<b>XVI. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>70</b>

**ÓRGÃOS SOCIAIS**

**Assembleia Geral:**



**Conselho de Administração:**



**Fiscal Único:**

Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por



Suplente:



Handwritten initials or marks in the bottom right corner of the page.

**INDAQUA SANTO TIRSO | TROFA – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A.**

**CAE: 36002 – Distribuição de Água**

**SENHORES ACIONISTAS**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da INDAQUA Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

9  
↑

## I. INTRODUÇÃO

### a. A Concessão

A 28 de dezembro de 1998 ocorreu a assinatura do Contrato de Concessão do Serviço Público Municipal de Abastecimento de Água, entre o Município de Santo Tirso e a Concessionária.

Na sequência deste ato e de acordo com as regras estabelecidas no Caderno de Encargos e no próprio Contrato, iniciou-se o Período de Transição o qual vigorou até à data de início do Período de Funcionamento Normal, que ocorreu a 2 de novembro de 1999.

A Concessionária assumiu, nessa data, a gestão e exploração do Serviço nas seguintes freguesias: Alvarelhos, Areias, Vila das Aves, Bougado (Santiago), Bougado (S. Martinho), Burgães, Campo (S. Martinho), Coronado (S. Mamede), Coronado (S. Romão), Couto (Santa Cristina), Couto (S. Miguel), Covelas, Guidões, Lama, Muro (S. Cristóvão), Negrelos (S. Mamede), Negrelos (S. Tomé), Palmeira, Rebordões, Roriz, Santo Tirso, S. Salvador do Campo, Sequeirô e Vilarinho, todas então do Concelho de Santo Tirso.

Através da Lei nº 83/93, de 14 de dezembro, foi criado o Município da Trofa, cuja área territorial passou a abranger as atuais freguesias de União das freguesias de Coronado (São Romão e São Mamede), União das freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago), Covelas, Muro e União das freguesias de Alvarelhos e Guidões.

Por escritura pública outorgada em 25 de novembro de 2003, foi outorgada a primeira alteração ao Contrato de Concessão, nos termos do qual o Município da Trofa passou a ser parte do Contrato de Concessão, figurando, conjuntamente, com o Município de Santo Tirso, como Concedente, e exercendo, conjuntamente, com aquele Município, todos os direitos e obrigações para os mesmos decorrentes do Contrato de Concessão.

Posteriormente, por escrituras públicas de 1 de julho de 2011 e 30 de junho de 2014 foram outorgadas, respetivamente, a segunda e terceira alterações ao Contrato de Concessão.

A 20 de setembro de 2021 foi outorgada a quarta alteração ao Contrato de Concessão, que incorporou a vontade dos concedentes de redução do tarifário em vigor na Concessão, através da redução das tarifas a aplicar aos Utilizadores do sistema público de abastecimento de água dos concelhos de Santo Tirso e da Trofa. Neste aditamento, as partes acordaram repor o equilíbrio económico-financeiro da Concessão através do prolongamento do prazo da concessão por mais quinze anos.

g  
↑  
↑

O Contrato de Concessão tem por objeto a atribuição pelos Municípios à INDAQUA Santo Tirso/Trofa da exploração em exclusividade do Sistema Público Municipal de Abastecimento de Água dos Concelhos de Santo Tirso e Trofa, que engloba a gestão das infraestruturas existentes à data de assinatura do contrato bem como as que construir, e que se encontram previstas no Plano de Investimentos que dele faz parte integrante.

Para além da manutenção das certificações por normas internacionais de Qualidade, Ambiente e Segurança, e da certificação LAC – Líder no Atendimento ao Cliente – Safe & Care, a INDAQUA Santo Tirso/Trofa viu ainda, em 2022, os seus níveis de serviço e eficiência distinguidos pela Entidade Reguladora como uma referência a nível nacional, através da atribuição do **Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano** e do **Selo de Qualidade para o Uso Eficiente da Água**.



#### **b. Atividades Desenvolvidas em 2022**

O ano de 2022 foi, à semelhança dos dois anos anteriores, ainda marcado pela pandemia mundial, de COVID-19. A INDAQUA Santo Tirso/Trofa, consciente do impacto que esta pandemia poderia ter na sua atividade, manteve o foco no cumprimento rigoroso do seu Plano de Contingência, de forma a reduzir ou eliminar os contágios na empresa.

Assim, constituiu um desafio para a INDAQUA Santo Tirso/Trofa a manutenção do foco na prestação de um serviço de qualidade nos concelhos de Santo Tirso e da Trofa, em estrito cumprimento dos normativos legais, que regulam a sua atividade, e com um forte compromisso com o ambiente e com a saúde pública, em circunstâncias extraordinárias e extremamente adversas.

Ao nível da eficiência operacional, foram desenvolvidas diversas ações com vista ao cumprimento de objetivos estratégicos como a redução de água não faturada, ou o aumento da eficiência do processo comercial, onde se destacam a promoção da fatura eletrónica e da faturação bimestral.



Foram, de igual modo, realizadas intervenções de reabilitação de ativos horizontais e verticais com desempenhos inadequados, que visaram assegurar a preservação da qualidade de serviço que caracteriza a INDAQUA Santo Tirso/Trofa.

Por fim, mantiveram-se as ações de Educação Ambiental nos Municípios de Santo Tirso e da Trofa que, apesar dos constrangimentos impostos pela pandemia de COVID-19, permitiram levar conhecimento específico sobre a preservação de um recurso escasso, como a água.

Destacam-se, de seguida, as atividades desenvolvidas pela Concessionária durante o ano de 2022:

- Cumprimento do Plano de Contingência associado à pandemia COVID-19;
- Desenvolvimento de modelos matemáticos de simulação hidráulica da rede de distribuição de água;
- Requalificação de ativos horizontais, com incidências nas infraestruturas que apresentavam desempenhos inadequados;
- Aumento da eficiência no tempo de resposta à execução de ramais, o que permitiu uma redução muito substancial do tempo decorrido entre o pedido de ligação e a efetiva prestação do serviço;
- Manutenção dos níveis da água não faturada, permitindo que a INDAQUA Santo Tirso/Trofa lidere, neste indicador, o ranking nacional apresentado pela Entidade Reguladora;
- Combate a consumos não autorizados de água, recorrendo nomeadamente a técnicas de videoscopia em ramais domiciliários, para deteção de ligações ilícitas ao sistema público;
- Campanhas de adesão à rede pública de abastecimento de água;
- Aumento da eficiência comercial, através do incentivo à adesão à fatura digital e débito direto;
- Continuação das campanhas de adesão à opção de envio de fatura bimestral aos clientes. Esta ação é uma mais-valia para o cliente por poder optar por método de faturação apenas por consumo real, uma vez que a INDAQUA Santo Tirso/Trofa realiza leituras aos contadores de dois em dois meses. Com esta alternativa o cliente anula o cálculo por estimativa;
- Manutenção da garantia da qualidade de atendimento atestada pela certificação LAC – Líder no Atendimento ao Cliente – Safe & Care;
- Potencialização do Sistema de Informação Geográfica no apoio às operações;



- Manutenção do projeto de educação ambiental nas escolas dos concelhos de Santo Tirso e da Trofa, tendo em vista a sensibilização para o consumo de água tratada.
- Renovação da Certificação do Serviço, no âmbito da Qualidade, Ambiente e Segurança, ISO9001 e ISO14001, e a migração da OSHA18001 para a ISO45001, com vista à melhoria da prestação dos nossos serviços e aumento da satisfação dos Utilizadores do Serviço;
- Reforço das áreas de investigação e desenvolvimento, com vista à aquisição de novos conhecimentos técnicos e científicos, bem como à melhoria dos seus processos e dos serviços prestados.



## II. ATIVIDADE

O sistema de abastecimento de água de Santo Tirso e da Trofa assegura, em 2022, uma acessibilidade física de 94,1%, com taxa de adesão à rede de 80,2%.

Detalham-se neste ponto as principais atividades desenvolvidas pela INDAQUA Santo Tirso/Trofa ao longo de 2022

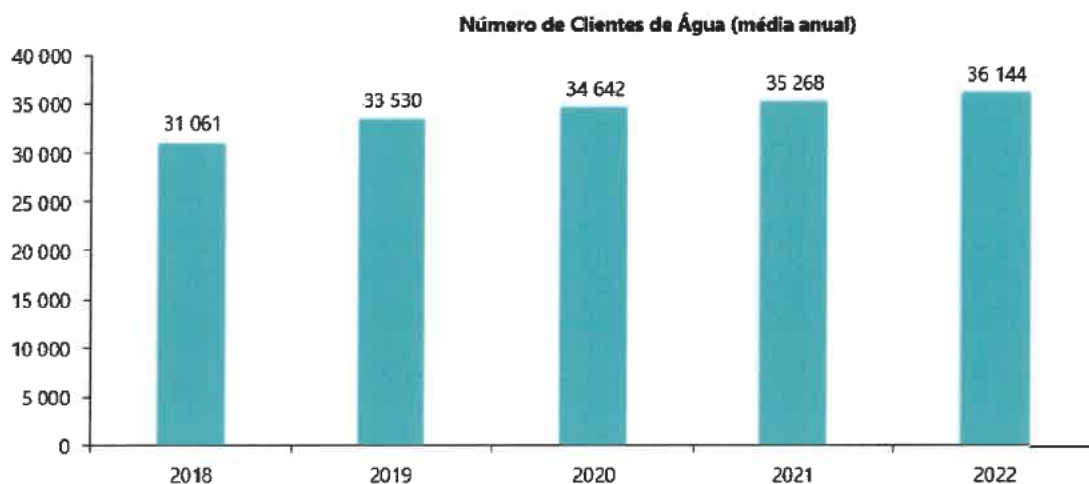
### a. Serviço de Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água aos Concelhos de Santo Tirso e da Trofa integra três sistemas associados a reservatórios que recebem a água proveniente do sistema "em alta", fornecida, na sua maioria, pela empresa Águas do Norte, S.A., pela INDAQUA Vila do Conde e através de uma captação no Loteamento do Facho, a partir dos quais é feita a distribuição pelas freguesias dos Concelhos de Santo Tirso (Vale do Ave) e da Trofa, através de uma rede com uma extensão de 627 km.

Durante o exercício de 2022, a Indaqua Santo Tirso/Trofa reforçou as suas ações de identificação e regularização de ilícitos associados ao incumprimento da obrigatoriedade de ligação à rede pública de abastecimento de água.

Neste contexto, o número de contratos de abastecimento de água ativos, registou, no período em análise, um crescimento médio anual de 2,5% face ao ano anterior, cifrando-se no final de 2022 em 36.797 consumidores.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução do número médio anual de consumidores de água nos últimos cinco anos:



Pese embora o número atual de clientes de água já ter ultrapassado o dobro do número de clientes iniciais, o mesmo, ainda tem uma margem enorme de progressão, uma vez que se verifica que a adesão aos Sistemas está muito abaixo do que era expectável inicialmente. Existem ainda, no final de 2022, cerca de 3.571 potenciais utilizadores em locais de consumo habitados com rede pública disponível, sobre os quais impende a obrigação de ligação, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e para os quais a rede pública se encontra disponível e os ramais de abastecimento construídos e aptos a funcionar.

Tal facto constitui uma realidade alarmante do ponto de vista da saúde pública, uma vez que a água da rede pública é a única que, comprovadamente, reúne condições e características adequadas ao consumo humano.

Assim, a Indaqua Santo Tirso/Trofa e os Municípios Concedentes, dando seguimento ao previsto na Quarta Alteração ao Contrato de Concessão, procederam à assinatura do Plano de Promoção que tem por objeto o aumento do número de Utilizadores do Sistema Público de Abastecimento de Água.

O referido Plano de Promoção assenta nos seguintes pilares: (i) ações de sensibilização para os riscos de saúde pública e ambientais; (ii) levantamento e identificação dos munícipes não ligados à rede pública; (iii) interpelação destes com prazo para cumprimento da obrigação de ligação; (iv) instrução de processos de contraordenação para a totalidade dos incumpridores e (v) aplicação de coimas aos incumpridores.

### *i. Consumos de Água Faturados*

No quadro seguinte podemos observar a evolução dos consumos de água faturados nos dois últimos anos, por tipo de consumidor e por escalão de consumo:

CONSUMOS DE ÁGUA FATURADOS	2022		2021		Variação
	m <sup>3</sup>	%	m <sup>3</sup>	%	%
AA - Água faturada domés	2 078 903	73,03%	1 998 923	74,65%	4,00%
Água Fat. Comércio	336 137	11,81%	291 633	10,89%	15,26%
Água Fat. Indústria	95 076	3,34%	88 000	3,29%	8,04%
Água Fat. Estado/Administração	61 670	2,17%	56 318	2,10%	9,50%
Água Fat. Autarquias/Administração Local	135 278	4,75%	119 326	4,46%	13,37%
Água Fat. - Instituições	87 341	3,07%	77 383	2,89%	12,87%
Água Fat. Lig. Provisória	47 910	1,68%	39 389	1,47%	21,63%
Água Fat. - Água avulso	3 620	0,13%	6 283	0,23%	-42,38%
Água Fat. Consumos Próprios	582	0,02%	398	0,01%	46,23%
<b>Água Faturada</b>	<b>2 846 517</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 677 653</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,31%</b>

No período em análise foi registado um nível de atividade de abastecimento de água de 2.846.517m<sup>3</sup>, que representa um aumento face a 2021 de 6,31% (168.864m<sup>3</sup>), justificado essencialmente pelas alterações climáticas, nomeadamente o aumento das temperaturas e a escassez de água em origens

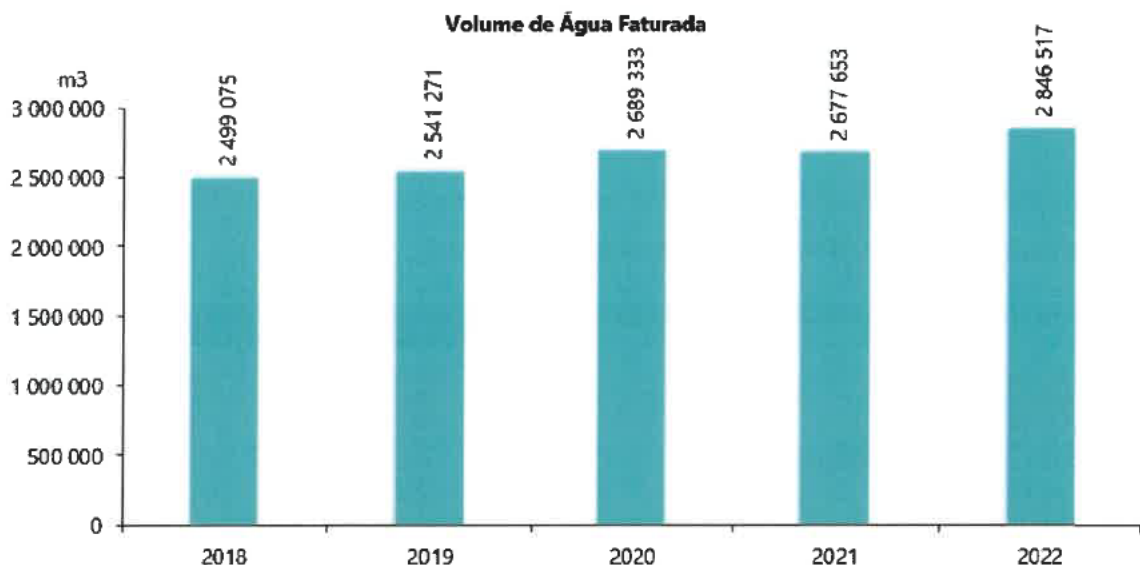
particulares, o que motivou o aumento do consumo de água da rede pública de abastecimento de água.

O consumo doméstico, que representou 73,03% de água faturada pela INDAQUA Santo Tirso/Trofa, teve um aumento de 4,00%, já o consumo não doméstico teve um aumento médio de 3,37%, face ao ano anterior, justificado essencialmente pela alteração das medidas de confinamento adotadas em 2021, no âmbito da Pandemia pela COVID-19, nomeadamente com a retoma da atividade nas escolas e nos estabelecimentos comerciais.

Os maiores aumentos registam-se nas Ligações Provisórias, 21,63%, com a retoma das atividades do setor da construção, nomeadamente com o acréscimo de novas construções de edifícios prediais, e no Comercio, em 15,26%, consequência da retoma da atividade dos espaços comerciais.

Em termos operacionais foi dada continuidade à prática de medição mensal em grandes clientes e à campanha de leituras em clientes sem leitura há mais de 6 meses, o que permite um maior rigor de contabilização dos consumos faturados.

No entanto, os consumos médios por contador são muito baixos quando comparados com valores médios a nível Nacional, sendo que na INDAQUA Santo Tirso/Trofa, esta situação é agravada pela manutenção de utilização de captações próprias pelos novos utilizadores que aderem ao sistema público de abastecimento de água.



Em 2022, verificou-se a tendência de aumento de consumo registada nos últimos quatro anos, com exceção de 2021.

Verifica-se ainda que, em 2022, 32,04% dos clientes registaram consumos iguais ou inferiores a 2m<sup>3</sup>/mês, o que evidencia o recurso a origens alternativas.

## ii. Balanço da Água

A redução de água não faturada constituiu um dos objetivos estratégicos da INDAQUA Santo Tirso/Trofa ao longo do ano de 2022. Foram nesse âmbito reforçadas, entre outras, ações de redução e estabilização de pressões, de reorientação do esforço de pesquisa ativa de fugas, ou de melhoria da eficácia comercial.

O quadro que se segue relaciona o consumo de água contabilizado com a água adquirida pela empresa, evidenciando a percentagem de água não faturada:

BALANÇO DA ÁGUA	2022	2021	Variação	
	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	%
Água Faturada	2 846 517	2 677 653	168 864	6,31%
AA - Água faturada doméstica	2 078 903	1 998 923	79 980	4,00%
AA - Água faturada não doméstica	767 614	678 730	88 884	13,10%
AA - Água entrada no sistema	3 121 750	2 965 792	155 958	5,26%
AA - Água captada	385	1 307	-922	-70,54%
Água Comprada	3 121 365	2 964 485	156 880	5,29%
AA - Água não Faturada	275 233	288 139	-12 906	-4,48%
Água não Faturada (%)	8,82%	9,72%		9,25%
Água Não Faturada por extensão - (lit 12 (m <sup>3</sup> /km <sup>2</sup> /ano)	4,39	4,60	21	4,60%

Verifica-se uma redução da percentagem de água não faturada, que passou dos 9,72% em 2021 para 8,82% em 2022, que evidencia o resultado das ações implementadas ao nível da gestão da rede de abastecimento, que colocam os Municípios de Santo Tirso e da Trofa como os mais eficientes do setor.

A rede de distribuição tem um comprimento de cerca de 627km. De forma a garantir condições de pressão na rede, estão instaladas na rede pública de distribuição de água 87 Válvulas reductoras de Pressão (VRP) e 66 ventosas.

Para o controlo operacional da distribuição da água, foi efetuada uma monitorização permanente dos caudais e pressões na rede, recorrendo a 40 Zonas de Medição e Controlo (ZMC) já instaladas.

Com base na informação do controlo operacional foram, diariamente, analisados os dados dos Caudais Médios Diários (CMD) e Caudais Mínimos Noturnos (CMN) dos vários pontos de medição de caudais do sistema, que nos permite planejar o trabalho de pesquisa de fugas.

Fruto do trabalho desenvolvido, os concelhos de Santo Tirso e da Trofa lideram o ranking nacional apresentado pela Entidade Reguladora, no indicador de Água Não Faturada, sendo estes os concelhos

mais eficientes de todo o País, com performances que se podem comparar com as melhores práticas do setor a nível mundial.

Estes resultados, asseguram, ainda, que os concelhos de Santo Tirso e da Trofa são dos mais preparados, a nível nacional, para fazer face a cenários de escassez e seca.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução da percentagem de água não faturada desde 2009, que evidencia o resultado das ações implementadas ao nível da eficiência da gestão da rede de abastecimento.



### iii. Qualidade da Água

A INDAQUA Santo Tirso/Trofa manteve em 2022 os padrões de qualidade de água que já a caracterizam, com um indicador de Água Segura de 99,88%.

O resumo das análises efetuadas no âmbito do controlo de qualidade da água, de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007, alterado pelo Decreto-Lei nº152/2017 de 07 de dezembro, e dos respetivos resultados em incumprimento, encontra-se evidenciado no quadro que se segue:

QUALIDADE DA ÁGUA	2022	2021	Varição
AA - Conformidade de análises à água tratada	849	791	7,33%
AA - Análises realizadas à qualidade da água tratada	850	792	7,32%
Água Segura (%)	99,88%	99,87%	0,01%

A garantia da qualidade da água é uma das prioridades da Concessionária, tendo-se dado continuidade a um rigoroso controlo através da recolha sistemática de amostras de água, analisadas

em laboratório acreditado, de acordo com o respetivo Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) previamente aprovado pela ERSAR, e que foi cumprido na íntegra.

O controlo analítico compõe, para além do PCQA, nos termos da legislação em vigor, um Programa de Controlo Operacional (PCO) que abrange todo o sistema.

Há ainda a considerar que o número de análises regulamentares efetuadas em 2022, foi superior a 2021 uma vez que se verificou um aumento do número de clientes. No total foram efetuadas 850 análises.

Em 2022, foi detetada apenas uma situação pontual de incumprimento, que após devidamente investigada e efetuada a contra-análise não evidenciou qualquer inconformidade.

De referir ainda que a INDAQUA Santo Tirso/Trofa foi distinguida pela ERSAR com o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano em 2022.



Paralelamente, e considerando que 32,04% dos clientes da INDAQUA Santo Tirso/Trofa apresentavam em 2022 consumos anormalmente baixos ou nulos, com probabilidade de recurso a origens de água próprias, a Concessionária implementou um plano de controlo de captações particulares. Nesse âmbito, foram recolhidas amostras, por técnicos acreditados de laboratório externo, em habitações e comércio onde comprovadamente existia um abastecimento alternativo ao da rede pública. Nesse trabalho, foram realizadas 1.314 análises, onde se evidenciou contaminação microbiológica ou química em 94,5% das 219 amostras colhidas.

Em suma, cerca de 95% das origens alternativas nos concelhos de Santo Tirso e Trofa apresentavam inconformidades, ou seja, estavam impróprias para consumo humano.

A INDAQUA Santo Tirso/Trofa considera que a contaminação de águas de origens alternativas, amplamente analisada no Grupo INDAQUA e com repercussões na saúde pública, continua a justificar a implementação de medidas que assegurem a regularização de situações de incumprimento da obrigatoriedade de ligação à rede pública de abastecimento de água e a coordenação de esforços com os Municípios de Santo Tirso e da Trofa e com a Autoridade de Saúde, designadamente ao nível da sensibilização à população.

#### **b. Intervenções operacionais**

Do ponto de vista operacional, o desafio enfrentado ao longo do ano foi o da garantia da qualidade e continuidade do serviço de abastecimento de água.

Handwritten marks: a large '9' at the top right, and two arrows pointing towards the bottom right corner of the page.

Releva-se, no entanto, a consolidação da utilização de soluções de mobilidade informática, que garantem a gestão otimizada das equipas técnicas da INDAQUA Santo Tirso/Trofa com fiabilidade e rastreabilidade da informação, garantidas de forma totalmente desmaterializada.

O quadro que se segue resume as intervenções realizadas durante o ano de 2022:

INTERVENÇÕES OPERACIONAIS	2022	2021*	2022 Mensal			Variação %
			Máximo	Mínimo	Média	
<b>Água</b>						
Contadores de Água	8 589	5 482	-	-	716	56,68%
Contadores para Novos Clientes	1 447	879	189	56	121	64,62%
Contadores para Clientes Substituídos	5 539	2 463	786	105	462	124,89%
Contadores de Clientes Retirados	25	18	7	0	2	38,89%
Inspeções realizadas - Verificação de Contador	1 578	2 122	281	36	132	-25,64%
Abastecimento de Água	2 081	1 135	-	-	173	83,35%
Número de Cortes Realizados	1 147	621	120	65	96	84,70%
Número de Religações	934	514	95	64	78	81,71%
Ramais de Água	535	357	-	-	45	49,86%
Ramais AA - Novos/Ampliação	527	348	91	21	44	51,44%
Ramais AA - Remodelação	8	9	4	0	1	-11,11%
Intervenções na Rede de Água	450	395	-	-	38	13,92%
Roturas na rede AA	96	84	15	1	8	14,29%
Roturas em ramais AA	288	265	41	12	24	8,68%
Rebentamentos (Externo)	66	46	9	0	6	43,48%

\* Valores históricos corrigidos em função da atualização do sistema de informação

No total, durante o ano de 2022, realizaram-se 11.655 intervenções operacionais, correspondendo a uma média mensal de 971 trabalhos.

Importa referir que, desde 2019, a INDAQUA Santo Tirso/Trofa adotou o procedimento de não retirar os contadores após denúncia do contrato. Esta medida permitiu, não só, a medição de potenciais consumos não autorizados, como a diminuição do erro de medição, causado pela reutilização de contadores que não se encontravam devidamente acondicionados em armazém.

Evidenciou-se, em relação a 2021, o aumento do número de intervenções realizadas em contadores (57%), justificado pelo reforço da substituição de contadores por campanha e pelo aumento do número de clientes.

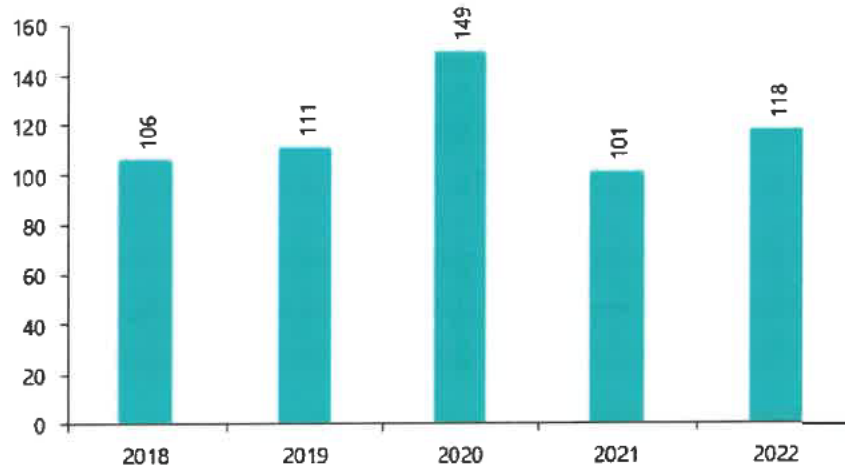
Com a retoma dos cortes de abastecimento por falta de pagamento, verificou-se um aumento nesta atividade e no número de religações de 83%.

No que respeita à reparação de roturas em condutas e ramais da rede de abastecimento de água, a média mensal foi de 32 intervenções, que representou um aumento de 14% em relação a 2021. Tal deveu-se, essencialmente, ao aumento do número de fugas detetadas no âmbito do Controlo Ativo de Perdas.

Na tabela seguinte pode-se verificar o número de fugas detetadas no âmbito do controlo ativo de perdas.



**Pesquisa de Fugas - Total anomalias detetadas (AA)**



\* Valores históricos corrigidos em função da atualização do sistema de informação

A Concessionária focou-se no tempo de resposta aos pedidos de ligação à rede pública de abastecimento de água, pelo que implementou um conjunto de medidas com o objetivo da sua redução. Tal permitiu reduzir o tempo médio de execução de novos ramais de 22 dias, em 2021, para 12 dias em 2022.

### c. Serviço ao cliente

A INDAQUA Santo Tirso/Trofa manteve ativos os seus 4 balcões de atendimento ao público, Santo Tirso, Trofa, Aves e S. Romão do Coronado. Manteve ainda o atendimento telefónico 24h/dia, nos 365 dias do ano.



9  
14

De forma a melhorar a gestão do atendimento, foi implementado, no ano de 2022, um novo Sistema de Gestão de filas, uma vez que o existente se encontrava obsoleto, com um software desatualizado, que poderia introduzir riscos suplementares de cibersegurança.

Este sistema, permite a realização de relatórios centralizados, fundamentais para a análise crítica das operações de atendimento presencial e, dessa forma, otimizar os processos de atendimento.

Integra ainda a possibilidade de o cliente retirar senha de atendimento virtual, no *sítio* da internet, com o agendamento, o reajuste do reagendamento e a visualização do número de senhas em espera, indo desta forma ao encontro das necessidades dos clientes com uma melhoria significativa nos tempos de espera do atendimento.

As reclamações apresentadas ao longo do exercício de 2022 encontram-se resumidas no quadro seguinte:

RECLAMAÇÕES APRESENTADAS	2022	2021	Varição
Reclamações de Qualidade da Água (/1 000 Ramais)	0,10	0,07	49,41%
Reclamações de Falha no Abastecimento (/1 000 Ramais)	0,20	0,30	-33,60%
Reclamações de Pressão (/1 000 Ramais)	0,20	0,17	19,53%
Reclamações relativas à Faturação (/1 000 Clientes)	2,54	1,39	83,05%
Outros Motivos (/1 000 Clientes)	1,10	1,10	0,00%
Resposta a reclamações escritas (Geral) (10 dias úteis) - Acum. Ano Ind	96,77%	92,04%	5,15%
Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação	100,00%	100,00%	0,00%

Pese embora o prazo legal, para resposta a reclamações ser de 22 dias úteis, a INDAQUA Santo Tirso/Trofa tem vindo a comprometer-se com um objetivo mais ambicioso, de resposta a reclamações em 10 dias úteis. No entanto, também este objetivo foi comprometido pelo elevado número de solicitações escritas, quando comparado com os anos anteriores.

Em 2022, o tempo de resposta em menos de 10 dias, foi de 96,77%, que se traduz num aumento de 5,15% face ao ano anterior.

Face a 2021, verifica-se um aumento de 83,05% das reclamações relativas à Faturação, derivadas sobretudo da retoma integral dos cortes de fornecimento por falta de pagamento e da faturação consequente da tarifa de suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador.

Destaca-se ainda em 2022 o aumento de 49,41% e de 19,53% de reclamações registadas do tipo Qualidade da Água e de Pressão, respetivamente, quando comparado a 2021.

#### d. Faturação e cobrança

Em 2022 foram definidos objetivos estratégicos que visam especificamente o aumento da eficácia de cobrança e a eficiência dos processos comerciais da INDAQUA Santo Tirso/Trofa. Entre esses objetivos encontram-se os de aumento das taxas de adesão à fatura eletrónica e à fatura bimestral que visam, simultaneamente, prestar aos clientes um serviço mais cómodo e ajustado às novas tecnologias e, por outro, reduzir gastos com a emissão de faturas e a sua distribuição.

Fruto do trabalho efetuado no desenvolvimento necessário para a implementação da fatura bimestral e fatura eletrónica, nomeadamente nas campanhas de adesão promovidas ao longo do ano, tanto nos contactos telefónicos realizados, como no decurso da celebração de novos contratos, os resultados alcançados com a promoção destes serviços, em 2022, podem ser analisados na tabela infra:

Faturação	2022	2021	Variação
Taxa de Adesão à Fatura Eletrónica (%)	31,9%	28,6%	11,61%
Taxa de Adesão à Fatura Bimestral (%)	35,4%	35,2%	0,74%

A taxa de adesão à Fatura Eletrónica e Fatura Bimestral aumentou em 2022, verificando-se uma variação face ao ano anterior de 11,61% e 0,74%, respetivamente.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido, em anos anteriores, de deteção de ilícitos, foram inspecionados 2.067 locais de consumo, nos quais foram detetadas 82 situações anómalas. Em todas estas situações foram tomadas medidas de forma a garantir a sua regularização.

Ilícitos	2022	2021	Variação
Ilícitos Detectados - Lig. Ilícita Tubo Funcional Nicho (c/ ou s/ adult de selo)	12	7	71,43%
Ilícitos Detectados - Lig. Ilícita de AA - Derivação no Ramal ou Conduta	2	1	100,00%
Ilícitos Detectados - Adulteração/Roubo Contador/Selos	37	58	-36,21%
Ilícitos Detectados - Violação de Corte (incluindo RAV)	31	23	34,78%
<b>Ilícitos Detectados</b>	<b>82</b>	<b>89</b>	<b>8%</b>

Em comparação com o ano anterior, em 2022, foram efetuadas menos 581 verificações e ações de fiscalização a locais de consumo contratados. No entanto, a ilicitude em Lig. Ilícita Tubo Funcional Nicho, foi superior em 71,43% face ao ano anterior, assim como a Derivação de Ramal ou Conduta em 100% e as Violações de Corte em 34,78%.

Verifica-se ainda um decréscimo dos ilícitos detetados em Adulteração/Roubo Contador/Selos motivada pela ausência prolongada de leitores no terreno, que reportam habitualmente o maior número de ilicitudes em violação de contadores e selos aquando da recolha da leitura.

Na tabela seguinte são resumidos os dados relativos à suspensão do fornecimento, no ano de 2022:

Suspensão Fornecimento	2022	2021*	Varição
Avisos de Interrupção do Fornecimento	30 569	29 761	2,71%
Taxa de Emissão de Ordens Interrupção (%)	4,9%	2,4%	109,28%
Taxa de Suspensões efetivadas (%)	85,5%	88,5%	-3,36%
Cobrança após Suspensão do Fornecimento (%)	84,1%	72,1%	16,62%

\* Valores históricos corrigidos em função da atualização do sistema de informação

A análise aos indicadores de desempenho de 2022 relativos ao processo de gestão de suspensões de serviço por falta de pagamento e a sua comparação com o ano anterior, permite verificar um aumento do número de avisos de interrupção de fornecimento, em 2,71%, justificado pela anulação da proibição da suspensão do fornecimento dos serviços essenciais (Lei n.º 7/2020, de 10 de abril), verificada no ano de 2021.

Este crescimento, acompanhado do aumento na taxa de emissão de ordens de interrupção, em 109,28% demonstra que esta é a melhor medida de recuperação de dívida da concessionária.

Na tabela seguinte são resumidos os dados relativos ao processo de injunção para recuperação de dívida, onde se relewa o número de injunções intentadas.

Injunções	2022	2021*	Varição
Injunções Intentadas	236	356	-33,71%
Injunções Cobradas (%)	34%	35%	-2,82%
Injunções com Força Executiva (%)	37%	34%	7,47%

\* Valores históricos corrigidos em função da atualização do sistema de informação

Quando comparado com o ano anterior, em 2022 verifica-se que número de injunções diminuiu 33,71% motivado pelo maior envio de notificações e contactos telefónicos prévios à Injunção, que originou na recuperação de dívida.

Convém, no entanto, realçar que das 236 injunções intentadas em 2022, 34% foram cobradas ou estão em acordo de pagamento e em 37% foi obtida a força executiva.

No ano de 2022, foram ainda instauradas 90 ações executivas de 134 processos de injunção.

**e. Resíduos recolhidos**

No quadro seguinte estão indicadas as quantidades de resíduos que são encaminhados para destino final adequado. Estes resíduos resultam de intervenções operacionais de reparação da rede de abastecimento de água.

Resíduos Recolhidos	2022	2021	Varição
Resíduos Recolhidos Total (Toneladas)	116	3	4289,68%
Taxa de Valorização nos Resíduos Produzidos (%)	100%	100%	0,00%

Regista-se um aumento considerável dos resíduos recolhidos em relação a 2021. Esse aumento é justificado pela recolha dos resíduos das intervenções operacionais que tinham vindo a ser acumulados nos locais identificados para este propósito, desde o ano de 2021.



### III. INVESTIMENTO

O investimento em infraestruturas de abastecimento de água realizado até ao final do exercício de 2022, em termos de comprimento de redes de abastecimento de água, foi o que se apresenta no quadro seguinte:

ÁGUA - INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS (m)	Acumulado	2022	Anos Ant.
<b>Redes</b>	<b>415 944</b>	<b>5 547</b>	<b>410 397</b>
<b>Sistemas S. Tirso</b>	<b>208 536</b>	<b>0</b>	<b>208 536</b>
R3/RX (S. Miguel e Sta. Cristina do Couto)	17 544		17 544
R4 Várzea	4 745		4 745
R6 (Areias, Lama Palmeira e Sequeirô) 1ª F	28 310		28 310
R6 (Areias, Lama Palmeira e Sequeirô) 2ª F	12 601		12 601
R7 (Burgães e Rebordões) 1ª e 3ª F	14 198		14 198
R8/R11 (Vila das Aves)	27 709		27 709
R13 (S. Martinho do Campo)	20 372		20 372
R13A (Ronz)	24 508		24 508
R13A (S. Tomé de Negrelos)	14 356		14 356
R14 (Rebordões) 1ª F	8 222		8 222
R14 (Rebordões) 2ª F	4 475		4 475
EN 105 (RX, R7, R14)	5 784		5 784
RN (S. Mamede de Negrelos)	731		731
RP (Vilaíinho)	13 123		13 123
Outras - Pequenas Extensões de rede em S. Tirso	11 858		11 858
<b>Sistemas Trofa</b>	<b>162 741</b>	<b>0</b>	<b>162 741</b>
R10/RL (1ª F - Bougado)	33 823		33 823
R10/RL (2ª F - Bougado)	22 299		22 299
R12 (Coronado)	32 714		32 714
RA (Guidões)	19 550		19 550
RC/RZ (1ª F - Zeminino)	725		725
RC/RZ (2ª F - Alvarelhos)	32 409		32 409
RD - Muro e Comados	12 668		12 668
Outras - Pequenas Extensões de rede na Trofa	8 553		8 553
<b>Cláusula 24ª</b>	<b>40 739</b>	<b>4 321</b>	<b>36 418</b>
Pequenas Extensões de Rede em S. Tirso	18 061	50	18 011
Pequenas Extensões de Rede na trofa	22 678	4 271	18 407
<b>Reabilitação de redes</b>	<b>3 928</b>	<b>1 226</b>	<b>2 702</b>
Santo Tirso	2 632	180	2 452
Trofa	250	1046	250
<b>Total</b>	<b>415 944</b>	<b>5 547</b>	<b>410 397</b>

Durante o ano 2022, no âmbito da cláusula 24.ª do Contrato de Concessão, foram executados 4.321m de rede de abastecimento de água nos concelhos de Santo Tirso e Trofa, e 89 ramais domiciliários, perfazendo um montante de investimento de €393.586 (trezentos e noventa e três mil e oitenta e seis euros), a preços correntes.

No âmbito de pedidos de adesão à rede de abastecimento de água, foram executados nos concelhos de Santo Tirso e Trofa 219 ramais domiciliários, num investimento total de €128.660 (cento e vinte e oito mil e seiscentos e sessenta euros), a preços correntes.

9  
f p

No que concerne à remodelação de rede de abastecimento de água, no ano de 2022 foram executados investimentos no valor total de €88.375 (oitenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco euros), a preço correntes, que correspondem a 1.226m de rede de abastecimento de água, e 68 ramais domiciliários.

Foram efetuados investimentos em infraestruturas, no valor de 623.654,87 euros, que incluem obras de eficiência hídrica e execução de ramais domiciliários em locais com rede existente. Para além dos investimentos em infraestruturas referidos, efetuaram-se outras aquisições de ativos fixos, designadamente, equipamento básico, administrativo, de transporte e outros no montante de 99.133,31 euros.

O valor global do investimento ascende, então, a 722.788,18 euros.



#### IV. RECURSOS HUMANOS

Apesar do contexto adverso associado à pandemia de COVID-19, releva-se desde logo o trabalho desenvolvido pelos colaboradores da INDAQUA Santo Tirso/Trofa, que asseguraram a manutenção do nível de qualidade de serviço prestado aos seus clientes.

A INDAQUA Santo Tirso/Trofa manteve, em 2022, as medidas implementadas no ano de 2020 e 2021, nomeadamente o teletrabalho, o reforço dos equipamentos de proteção individual e o desfasamento de horários.

No final de 2022 a INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA, SA era constituída por 45 colaboradores, dos quais 37 faziam parte do quadro da empresa e 8 encontravam-se vinculados por contratos a termo. Deste universo a antiguidade média era de 12,68 anos. A idade média dos colaboradores era de 40,93 anos representados por 20 elementos do sexo feminino e 25 do sexo masculino. Em termos de habilitações literárias, o Ensino Secundário predominava com uma percentagem de 48,89%.

RECURSOS HUMANOS	2022	2021	Variação	
			Qtd.	%
Licenciatura ou superior	8	7	1	14,29%
Bacharelato	0	0	0	0,00%
Ensino Secundário	22	20	2	10,00%
Ensino Preparatório	12	14	-2	-14,29%
Ensino Primário	3	3	0	0,00%
Sem Habilitações	0	0	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>44</b>	<b>1</b>	<b>2,3%</b>
Requisitados ao Município	0	0	0	0,0%
Regime Geral	45	44	1	2,3%

O absentismo em 2022 foi de 5,33% sendo que as causas principais foram Baixa Médica (1,65%), Acidente de Trabalho (1,44%) e Isolamento Profilático (0,53%).



ABSENTISMO	Ausências	%
Baixa por Doença	1 437,00	1,65%
Acidente de Trabalho	1 257,62	1,44%
Isol. Profilático Privado	464,00	0,53%
Licença de Parentalidade	352,00	0,40%
Descanso Diário	257,39	0,30%
Assistência à Família	174,36	0,20%
Trabalhador -Estudante	148,19	0,17%
Consulta Médica Pré-Natal	108,13	0,12%
Consulta Médica	107,57	0,12%
Nojo	100,00	0,11%
Assis. Filho Fecho Escola	80,00	0,09%
Casamento	80,00	0,09%
Just. C/Remuneração	47,79	0,05%
Just. S/Remuneração	30,80	0,04%
Vacina Covid	5,08	0,01%
Teste Covid	1,5	
<b>Total de ausências</b>	<b>4 651</b>	<b>5,33%</b>
<b>Horas teóricas</b>	<b>87 214</b>	

No âmbito do desenvolvimento das competências dos nossos colaboradores, a empresa investiu, durante o ano de 2022, cerca de 4.508 euros em 43 ações de formação com um volume total de 1.909,00 horas e uma abrangência de 149 participações.

O enfoque da formação recaiu sobre as áreas Enquadramento Organizacional com um volume total de 1.062,00 horas, Informática com um volume de 496,00 horas, Gestão&Finanças com um volume de 149,00 horas, QAS com um volume total de 105,00 horas.




## V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Fatores de risco

As atividades da INDAQUA Santo Tirso/Trofa estão expostas aos seguintes fatores de risco financeiro: risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo INDAQUA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na *performance* financeira da INDAQUA S.A. e suas participadas. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, risco de crédito e o uso de derivados. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados estão integradas em operações de cobertura de risco dos contratos de financiamento das concessionárias.

### Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a INDAQUA Santo Tirso/Trofa. A INDAQUA Santo Tirso/Trofa está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a utilizadores. Este risco é reduzido dadas as características do serviço público prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente da Administração Central ou Local ou de cliente individual; ii) o prazo médio de recebimento; e iii) a condição financeira do cliente. Dada a dispersão de utilizadores, não é necessário considerar um ajustamento adicional de risco de crédito, para além da imparidade já registada nas contas a receber – clientes.

### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades financeiras a um nível razoável, e a manutenção de um equilíbrio de balanço entre estas e a exigibilidade das responsabilidades. A INDAQUA Santo Tirso/Trofa efetua a gestão do risco de liquidez considerando

que o acionista poderá fazer face a possíveis incidentes de liquidez. É expectativa do Conselho de Administração que os fluxos de caixa operacionais previstos para o próximo ano sejam suficientes para suprir as necessidades de fundos desse período.

### Situação económica e financeira da Empresa

No quadro abaixo apresentam-se os principais indicadores económicos e a sua variação face a 2021.

(milhares de euros)

PRINCIPAIS INDICADORES	2022	2021	Variação
Volume de negócios	7.804	8.527	-8,5%
Volume de negócios sem IFRIC 12	7.181	8.261	-13,1%
Gastos Operacionais*	5.458	4.242	28,7%
EBITDA	2.663	4.549	-41,5%
Gastos de financiamento líquidos	207	225	-8,2%
Resultado líquido	1.375	2.493	-44,8%
Autonomia financeira	81,1%	86,0%	-5,7%

\* sem amortizações, imparidades e outros gastos e perdas

O volume de negócios da empresa registou uma variação negativa de 8,5% face a 2021, tendo diminuído de 8.527 mil euros para 7.804 mil euros.

Os gastos operacionais, com exceção das amortizações, imparidades e outros gastos e perdas, aumentaram 28,7% quando comparados com 2021 passando de 4.242 mil euros para 5.458 mil euros.

Registou-se uma variação negativa do EBITDA face a 2021, que passou de 4.549 mil euros para 2.663 mil euros em 2022. Os gastos de financiamento líquidos totalizaram o montante de 207 mil euros, tendo reduzido face aos gastos de 2021, fruto da amortização de dívida.

O resultado antes de impostos foi de 1.774 mil euros. O resultado líquido da empresa foi de 1.375 mil euros, o que representou um decréscimo de 44,8% em parte associado à redução tarifária no seguimento do reequilíbrio realizado em 2021.

O rácio de autonomia financeira, considerado como a relação entre os capitais próprios acrescidos da dívida subordinada e o ativo líquido da empresa, foi de 81,1% em dezembro de 2022, com um ativo líquido de 17.548.999 euros, representando o ativo não corrente cerca de 86 % do ativo líquido total.

## VI. PERSPETIVAS E OBJETIVOS

O exercício de 2023 será orientado tendo em conta a continuação dos objetivos traçados de melhoria contínua da atividade da Empresa e de concretização dos princípios orientadores definidos, salientando-se como principais tarefas as seguintes:

- Cumprimento do Plano de Promoção, que tem por objeto o aumento do número de Utilizadores do Sistema Público de Abastecimento de Água, através da celebração de um acordo entre os municípios Concedentes e a Entidade Gestora;
- Melhoria da saúde pública, garantindo processos de fiscalização que assegurem a utilização exclusiva da água da rede pública para consumo humano;
- Consolidação do trabalho de Controlo e Redução de Água Não faturada, de modo a manter a empresa no topo do ranking nacional do setor, e permitir a redução dos custos operacionais;
- Continuação do combate aos atos e usos ilícitos de água, nomeadamente recorrendo à técnica de videoscopia em ramais, para deteção de ligações ilícitas ao sistema público de abastecimento de água;
- Revisão do Plano de Segurança da Água (PSA);
- Agilização de campanha de substituição e verificação de contadores, tendo em vista a melhoria da qualidade da medição;
- Reforço do processo de notificação para obrigatoriedade de ligação a todos os locais de consumo, que apesar de terem rede pública de abastecimento de água disponível à porta, não estão ligados;
- Reforço do procedimento de elaboração de processos de contraordenação, nos locais de consumo não ligados, mas com rede pública de abastecimento de água disponível, a menos de 200m de distância, com a respetiva proposta de decisão, a aplicar pelos Municípios Concedentes;
- Potencialização da campanha de adesão à fatura eletrónica, designadamente através de sorteios ou campanhas de marketing;
- Implementação de novos canais de comunicação com o cliente, designadamente de uma aplicação para telemóvel e de um balcão digital;

- Monitorização contínua dos dados de atendimento telefónico, com implementação de novas funcionalidades e de medidas que permitam níveis de excelência junto do cliente;
- Otimização do processo de controlo da gestão da dívida de clientes;
- Reforço de sistemas de gestão operacional, designadamente de manutenção;
- Continuidade das ações de sensibilização ambiental disponibilizado nas escolas dos Concelhos de Santo Tirso e Trofa;
- Promoção de ações de sensibilização para o consumo de água da rede pública, nomeadamente em comércios/empresas do ramo alimentar, com o envolvimento dos Concedentes e da Autoridade de Saúde;
- Otimização do Sistema de Informação Geográfica como ferramenta agregadora de todos os sistemas de informação já disponíveis para apoio à atividade;
- Melhoria da qualidade da formação profissional aos Colaboradores da INDAQUA Santo Tirso/Trofa, designadamente ao nível do atendimento ao público;
- Manutenção das certificações de Qualidade, Ambiente e Segurança e ainda da certificação LAC – Líder no Atendimento ao Cliente.



## VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício, no montante de **EUR 1.375.099,92** sejam aplicados da seguinte forma:

- Distribuição ao acionista **EUR 1.375.099,92**

O valor a distribuir será de 13,7509 euros por ação.

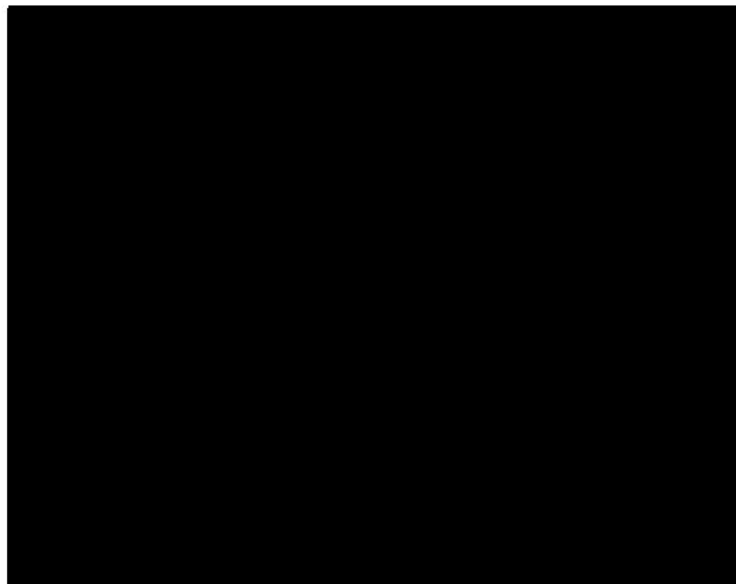
## VIII. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

A esta data, o Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2022 que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

Finalmente, agradecemos o apoio e a confiança dos nosso Concedente, Clientes, Acionistas, Funcionários, Fornecedores e Instituições Financeiras.

Santo Tirso, 24 de março de 2023

O Conselho de Administração,



## **IX. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

### **Anexo I – Publicidade de Participações dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização na sociedade**

(nº 5 do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

No período a que se refere o relatório, os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, não eram titulares, nem fizeram qualquer aquisição, cessação ou oneração de ações da sociedade.

### **Anexo II – Publicidade de Participações de Acionistas**

(nº 4 do Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Em conformidade com o referido artigo, damos publicidade que os acionistas titulares de ações nominativas representativas de pelo menos, um décimo do capital da sociedade são:

INDAQUA – Indústria e Gestão de Águas, S.A. - 100 %.



## X. BALANÇO

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

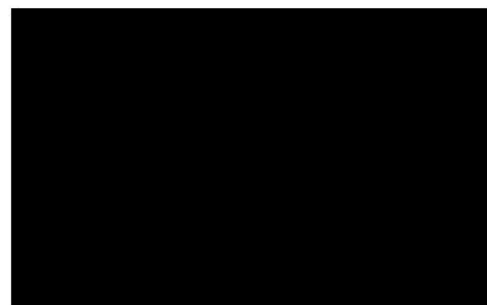
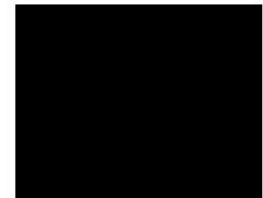
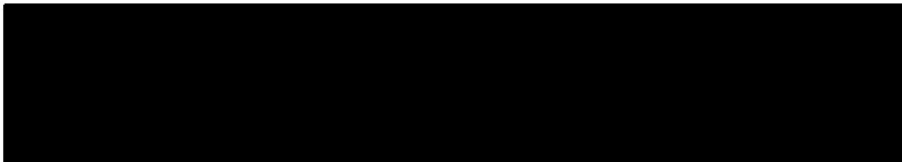
ATIVO Assets	Notas	dez 2022	dez 2021
<b>ATIVO NÃO CORRENTE (Non-current assets):</b>			
Ativos fixos tangíveis (Tangible fixed assets)	5	568 399	525 672
Ativos intangíveis (Intangible assets)	6	14 486 568	14 383 740
Outros investimentos financeiros (Other financial investments)		5 080	4 284
Ativos por impostos diferidos (Deferred taxes)	7	62 801	65 141
		<b>15 122 848</b>	<b>14 978 837</b>
<b>ATIVO CORRENTE (Current assets):</b>			
Inventários (Inventories)	8	38 820	44 511
Clientes (Clients)	9	529 848	495 702
Estado e outros entes públicos (State public sector)	10	128 249	
Outros créditos a receber (Other credits receivable)	11	425 948	433 002
Diferimentos (Deferred costs)	12	10 342	19 680
Caixa e depósitos bancários (Cash and bank deposits)	4	1 292 944	3 421 265
		<b>2 426 151</b>	<b>4 414 160</b>
<b>Total do ativo (Total assets)</b>		<b>17 548 999</b>	<b>19 392 997</b>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO Shareholders' equity and liabilities	Notas	dez 2022	dez 2021
<b>CAPITAL PRÓPRIO (Shareholders' equity):</b>			
Capital subscrito (Capital)	13	3 500 000	3 500 000
Reservas legais (Legal reserves)	14	700 000	695 429
Outras variações no capital próprio (Other adjustments)	14	1 859 627	1 894 932
		<b>6 059 627</b>	<b>6 090 361</b>
Resultado líquido do período (Net profit)		1 375 100	2 493 292
		<b>7 434 727</b>	<b>8 583 653</b>
<b>Total do capital próprio (Total shareholder's equity)</b>		<b>7 434 727</b>	<b>8 583 653</b>
<b>PASSIVO (Liabilities):</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE (Non-current liabilities):</b>			
Provisões (Provisions)	18	17 633	19 428
Financiamentos obtidos (Long term loans)	15	5 360 220	6 812 137
Passivos por impostos diferidos (Deferred taxes)	7	539 891	550 141
		<b>5 917 744</b>	<b>7 381 707</b>
<b>PASSIVO CORRENTE (Current liabilities):</b>			
Fornecedores (Suppliers)	16	1 000 725	91 924
Estado e outros entes públicos (State public sector)	10	32 235	23 978
Acionistas/sócios (Shareholders)	10 e 27	344 981	778 198
Financiamentos obtidos (Short term loans)	15	1 451 954	1 302 159
Outras dívidas a pagar (Other creditors)	17	1 366 634	1 231 378
		<b>4 196 529</b>	<b>3 427 637</b>
<b>Total do passivo (Total liabilities)</b>		<b>10 114 273</b>	<b>10 809 344</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo (Total shareholders' equity and liabilities)</b>		<b>17 548 999</b>	<b>19 392 997</b>



## XI. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS <i>Profit and Loss Account</i>	Notas	PERÍODOS	
		dez 2022	dez 2021
Vendas e serviços prestados <i>(Sales and services rendered)</i>	19	7 804 455	8 528 609
Subsídios à Exploração <i>(Operating subsidies)</i>		616	-
Trabalhos para a própria entidade <i>(Work undertaken for ourselves)</i>		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas <i>(Costs of goods sold and mat. consumed)</i>	8	-1 784 491	-1 679 360
Fornecimentos e serviços externos <i>(Supplies and services)</i>	20 e 27	-2 763 368	-1 713 420
Gastos com o pessoal <i>(Staff costs)</i>	21	-910 075	-849 133
Imparidade de inventários (perdas/reversões) <i>(Inventories impairment)</i>	8	-	1 012
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) <i>(Accounts receivable impairment)</i>	9	-22 813	-17 016
Provisões (aumentos/reduções) <i>(Provisions)</i>	18	1 795	1 794
Outros rendimentos <i>(Other incomes)</i>	22 e 27	458 513	408 789
Outros gastos <i>(Other expenses)</i>	22 e 27	-121 922	-130 164
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>2 662 610</b>	<b>4 549 112</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização <i>(Depreciations)</i>	5 e 6	-681 734	-1 049 799
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>1 980 876</b>	<b>3 499 313</b>
Juros e rendimentos similares obtidos <i>(Interest and similar profits)</i>	23	177 278	190 958
Juros e gastos similares suportados <i>(Interest and similar losses)</i>	23 e 27	-384 049	-416 201
<b>Resultado antes de impostos (Pre-tax-profits)</b>		<b>1 774 105</b>	<b>3 274 070</b>
Imposto sobre o rendimento do período <i>(Taxation on profit)</i>	24	-399 005	-780 778
<b>Resultado líquido do período (Net profit)</b>		<b>1 375 100</b>	<b>2 493 292</b>
<b>Resultado por ação básico (Basic earnings per share)</b>		<b>13,75</b>	<b>24,93</b>

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

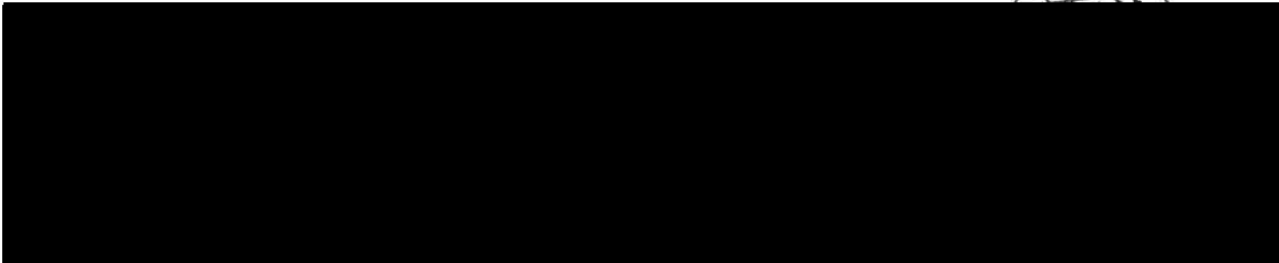


## XII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**Demonstração de Fluxos de Caixa**  
**Período findo em 31 de Dezembro 2022**  
(Montantes expressos em euros)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<b>Notas</b>	
Recebimentos de clientes	7 723 990	9 303 744
Pagamentos a fornecedores	-4 042 315	-3 944 371
Pagamentos ao pessoal	-842 178	-790 446
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>2 839 497</b>	<b>4 568 927</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-781 725	-1 007 542
Outros recebimentos/pagamentos	334 401	121 086
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>	<b>2 392 173</b>	<b>3 682 470</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-36 179	-20 951
Ativos intangíveis	-320 171	-241 311
Investimentos financeiros	-1 400	-1 187
	<b>-357 750</b>	<b>-263 449</b>
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	3 768	11 574
Investimentos financeiros	715	91
	<b>4 483</b>	<b>11 665</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>	<b>-353 267</b>	<b>-251 784</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 296 615	-1 175 556
Juros e gastos similares	-375 116	-435 410
Dividendos	-2 488 721	-2 930 082
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-22 928
Outras operações de financiamento	-6 774	-2 003
	<b>-4 167 226</b>	<b>-4 565 979</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>	<b>-4 167 226</b>	<b>-4 565 979</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes:</b>	<b>-2 128 320</b>	<b>-1 135 293</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período:</b>	<b>4 3 421 265</b>	<b>4 556 558</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período:</b>	<b>4 1 292 944</b>	<b>3 421 265</b>

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



### XIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2021 (SNC)	13	3 500 000	941 214	-229 159	252 087	1 893 261	3 084 297	9 141 700
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação de resultados	14	-	154 215	2 930 082	-	-	-3 084 297	-
Ajustamentos por impostos diferidos	7 e 14	-	-	-	-	28 547	-	28 547
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14	-	-	-	-	-126 878	-	-126 878
			<u>154 215</u>	<u>2 930 082</u>	<u>-</u>	<u>-88 331</u>	<u>3 084 297</u>	<u>2 493 292</u>
<b>Resultado líquido do período</b>							<u>2 493 292</u>	<u>2 493 292</u>
<b>Resultado Integral</b>								<u>2 394 991</u>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Distribuições		-	-	-2 700 924	-252 087	-	-	-2 953 011
A 31 de Dezembro de 2021 (SNC)	14	3 500 000	695 429	-	-	1 894 932	2 493 292	8 583 653

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2022 (SNC)	13	3 500 000	695 429	-	-	1 894 932	2 493 292	8 583 653
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação de resultados	14	-	4 571	-	-	-	-4 571	-
Distribuição de dividendos	14	-	-	-	-	-	2 488 721	2 488 721
Ajustamentos por impostos diferidos	7 e 14	-	-	-	-	10 248	-	10 248
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14	-	-	-	-	-45 554	-	-45 554
			<u>4 571</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-35 305</u>	<u>2 484 150</u>	<u>2 453 416</u>
<b>Resultado líquido do período</b>							<u>1 375 100</u>	<u>1 375 100</u>
<b>Resultado Integral</b>								<u>1 339 795</u>
A 31 de Dezembro de 2022 (SNC)	14	3 500 000	700 000	-	-	1 859 627	1 375 100	7 434 727

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

#### **XIV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **1. Introdução**

A Indaqua Santo Tirso/Trofa - Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A. (adiante designada como Indaqua Santo Tirso/Trofa ou Empresa), com sede na Rua Luís de Camões, n.º 49 do concelho de Santo Tirso, foi constituída em 23 de Dezembro de 1998, tendo como objeto, o exercício de atividades de indústria e prestação de serviços relacionados com o mercado da água relativos à exploração e gestão, em regime de Concessão, do Sistema Municipal de Abastecimento de Água dos Concelhos de Santo Tirso e Trofa.

O contrato de concessão iniciou-se em 1999 e tem vigência até 2049, uma vez prorrogado em setembro de 2021 por mais 15 anos. Adicionalmente, a Empresa é integralmente/maioritariamente detida pela Indaqua – Indústria e Gestão de Águas S.A., pelo que se insere num grupo económico liderado por esta entidade (“Grupo Indaqua”) sendo as demonstrações financeiras da Empresa integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da Indaqua – Indústria e Gestão de Águas S.A. pelo método de consolidação integral. No final da concessão todas as Infraestruturas serão transferidas para os Municípios.

É da opinião da Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Indaqua Santo Tirso/Trofa, relativas ao período de 01/01/2022 a 31/12/2022 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31/12/2022, tendo as mesmas sido aprovadas pela Administração em 24 de março de 2023, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).



## **2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras**

### **2.1. Base de Preparação**

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2022 (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho). Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração considera que a Empresa tem capacidade de operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outro, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Face ao exposto, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Indaqua Santo Tirso/Trofa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.

Pelo facto de não existir tratamento previsto nas NCRF para as concessões foi adotado o IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetas à concessão e que é caracterizado da seguinte forma:

**Enquadramento**

A IFRIC 12 – “Acordos de concessão de serviço” define os princípios a observar na contabilização dos contratos de concessão de serviço público, atendendo aos serviços a que a concessionária se obriga a prestar e ao controlo que exerce sobre os ativos da concessão.

No âmbito da IFRIC 12 estão os contratos de concessão de serviço que possuem as seguintes características:

- i) O objetivo do contrato é a prestação de um serviço público aos utilizadores em geral;
- ii) O contrato de concessão regula o tipo e a qualidade dos serviços a serem prestados pelo concessionário;
- iii) O concessionário é responsável pela conceção, desenho e construção/requalificação das infraestruturas necessárias à prestação do serviço público;
- iv) Os preços a praticar (tarifas) são aprovados pelo concedente;
- v) O concedente controla qualquer valor residual das infraestruturas independentemente de quem a construiu ou detêm a titularidade uma vez que (a) o concessionário não pode onerar, alienar ou ceder as infraestruturas da concessão e (b) no final da concessão, as infraestruturas da concessão reverterem para o concedente.

A IFRIC 12 proporciona orientação quanto ao tratamento contabilístico a adotar pelos concessionários de serviços públicos com as características acima identificadas. Quando a IFRIC 12 é aplicada, o concessionário não pode reconhecer nas suas demonstrações financeiras, como ativos fixos tangíveis, os ativos da concessão utilizados na prestação do serviço por não deter o controlo sobre os mesmos, embora retenha o risco de construção e de financiamento.

Dado que a construção/aquisição das infraestruturas da concessão não qualifica como investimento em ativos próprios do concessionário, em substância o concessionário presta um serviço de construção que terá de registar de acordo com a IFRS 15 / NCRF 19 – Contratos de construção.

A aplicação deste normativo prevê o reconhecimento da totalidade dos gastos incorridos na prestação do serviço de construção/ requalificação das infraestruturas da concessão consoante a sua natureza, e o registo do justo valor do rédito da construção.

Uma vez que no caso das concessões este serviço está associado ao contrato de concessão que prevê a exploração subsequente das infraestruturas construídas/ adquiridas, é necessário determinar a contraprestação do rédito reconhecido.

A IFRIC 12 preconiza dois modelos de contabilização para os serviços de construção consoante os riscos e benefícios assumidos pelo concessionário:

- i) O modelo do ativo financeiro – se o concedente tem a responsabilidade de pagar ao concessionário pela prestação do serviço de construção, ou se, embora a responsabilidade pelo pagamento do serviço público recaia sobre os seus utilizadores, o concedente tenha a responsabilidade de garantir um montante mínimo previamente definido;
- ii) O modelo do ativo intangível – se o concessionário tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores (pagando o utilizador ou o concedente), os montantes despendidos que constituem o custo da aquisição do direito de concessão.

O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção e o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O concessionário tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao concessionário que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de o concessionário assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência.

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar aos utilizadores pela prestação do serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

O concessionário deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com o serviço de operação da concessão de acordo com o IFRS 15 / NCRF 20 - Rédito.

Nos termos desta interpretação a Indaqua Santo Tirso/Trofa presta os dois tipos de serviços: o de construção, requalificação e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores, pelo que aplica os princípios da IFRIC 12.



### **Classificação da infraestrutura**

A Indaqua Santo Tirso/Trofa classifica os montantes investidos na construção/ aquisição das infraestruturas dos sistemas que explora como ativos intangíveis – Direito de concessão, já que tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores do serviço.

A formação do custo dos ativos intangíveis (direitos de concessão) compreende o custo de aquisição ou construção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de construção, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso, por permuta com os serviços de construção prestados.

A manutenção e conservação corrente das infraestruturas, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem.

### **Amortizações**

O ativo intangível, direito de concessão, é amortizado numa base sistemática por taxas constantes ao longo da concessão.

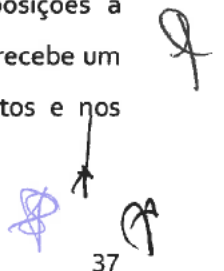
### **Acréscimos de custos por responsabilidades contratuais**

Os investimentos de substituição que não sejam por si só geradores de rédito, são tratados como responsabilidades, de acordo com o definido na NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, o que implica a constituição de uma provisão pelo período que medeia entre o investimento inicial e o investimento de substituição, devendo essa provisão ser registada pelo valor presente.

Atendendo às condições específicas da concessão, não se estimaram responsabilidades contratuais que não sejam por si próprias geradoras de rédito, facto pelo qual não foi constituído qualquer passivo para o efeito.

### **Rédito – serviços de construção**

A IFRIC 12 considera que, em substância, a Concessionária constrói as infraestruturas e troca-as pelo direito inerente à concessão, aplicando-se assim o normativo do Rédito e dos Ativos Intangíveis, no que se relaciona com a troca de ativos diferentes. Em consequência destas disposições a Concessionária constrói as infraestruturas, vende-as ao Concedente e como pagamento recebe um direito de uso durante o período da concessão, estando reconhecido nos rendimentos e nos subcontratos os valores resultantes destas operações.





As obras efetuadas têm como objetivo prestar o serviço final aos consumidores, não tendo como base obter uma margem no serviço a prestar. Além disso, as Concessões normalmente iniciam a atividade com as infraestruturas municipais recebidas pelo que não existem períodos onde as Concessões não disponham de receitas. Tendo em conta que a construção é subcontratada e como tal já reflete o seu justo valor não é efetuado qualquer ajustamento relativamente a margens sobre a construção, além da imputação dos encargos financeiros e dos encargos de estrutura afetos aos projetos.

## **2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC. No entanto, conforme referido em 2.1, pelo facto de não haver nas NCRF tratamento para as Concessões, foi adotada supletivamente a IFRIC 12.

## **2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras**

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

### **3.1. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado ("deemed cost") à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	6
Outros ativos tangíveis	4-10

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com as vidas úteis estimadas definidas acima, as quais se consideram razoáveis para compensar a sua desvalorização.

A amortização dos ativos fixos tangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual por duodécimos.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas no abate ou alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorre o abate ou alienação.



### 3.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

#### a) Direito da Concessão:

A Indaqua Santo Tirso/Trofa é uma Concessão onde não está definido um rendimento garantido e o serviço é prestado diretamente ao consumidor final. Como no SNC não existe nenhuma norma para as concessões, de forma supletiva foram aplicadas as normas internacionais de contabilidade, sendo utilizado o IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetas à Concessão.

No âmbito desta norma são consideradas infraestruturas as redes, ramais, reservatórios, captações, ETAS's e ETAR's adquiridos/construídos pela Empresa. Estes ativos encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

A amortização destes ativos tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual e durante o período da Concessão, o qual termina em 2049.

#### b) Outros intangíveis:

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser

escriturado pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A vida útil estimada para os ativos intangíveis mais significativos é de 3 anos.

### 3.3. Imparidade de ativos

A Indaqua Santo Tirso/Trofa realiza testes de imparidade sempre que, em cada data de relato, eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas Demonstrações Financeiras possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo, deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

### 3.4. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização, sendo as saídas valorizadas pelo método do custo médio.



### 3.5. Ativos e passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos / pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, e que são os instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro, e que se referem a fixação de taxas de juro fixas de alguns empréstimos obtidos, estando contabilizados em "Outras Reservas".

As variações de justo valor são registadas nos capitais próprios, já que se refere a instrumentos financeiros derivados que qualificam como relação de cobertura de fluxos de caixa. Anualmente são efetuados testes de cobertura, sendo que a ineficácia é registada em conformidade.

Uma operação de cobertura é considerada eficaz se os resultados dos testes de eficácia realizados ao instrumento de cobertura se encontram dentro do intervalo 80% a 125%. A eficácia dos instrumentos de cobertura é, então, aferida através da realização de testes que procuram demonstrar a eficaz compensação de alterações nos *cash-flows* do instrumento de cobertura e do instrumento coberto por comparação com o justo valor de um instrumento de cobertura hipotético cuja eficácia da cobertura seria de 100%.

#### **Imparidade de Ativos Financeiros**

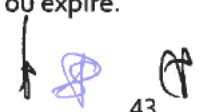
A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

No caso de contas a receber de clientes a Empresa utiliza o critério fiscal para reconhecimento de perdas por imparidade, atribuindo diferentes percentagens de perda dependendo do intervalo de antiguidade que o saldo se encontra.

#### **Desreconhecimento de Ativos e Passivos Financeiros**

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

O passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é desreconhecido apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.



Os seguintes ativos são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda de imparidade.

a) Cientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, para os quais o risco de alteração do valor é insignificante e que são imediatamente convertíveis em numerário, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

c) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

As comissões de montagem são diferidas pelo período do empréstimo e apresentadas ao custo amortizado, incluídas a deduzir na quantia escriturada dos financiamentos obtidos.

d) Fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros

Os saldos de fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros são registados ao custo.

e) Responsabilidade das rendas da concessão

Encontram-se registadas no Ativo (Ativos intangíveis) e no Passivo (Outras dívidas a pagar) o valor total das rendas a pagar ao município (previstas no contrato de concessão), descontadas para o valor presente. O valor registado no ativo é amortizado pelo período da concessão por quotas constantes e o passivo é movimentado pelo custo amortizado da dívida.

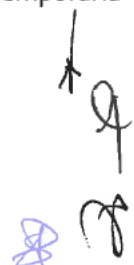
**3.6. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não são reconhecidas se: i) a Empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.





### 3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.8. Locações

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.



### **3.9. Gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### **3.10. Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

O rédito é reconhecido com base na aplicação do tarifário previsto no contrato de concessão outorgado com os Municípios de Santo Tirso e da Trofa, em que as tarifas recorrentes (tarifa fixa e tarifa volumétrica de abastecimento de água) são aplicadas mensalmente aos clientes que têm contrato com a Empresa, quer em função do número de dias, quer em função dos consumos de água medidos ou estimados. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

### **3.11. Subsídios**

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes. Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

Os rendimentos relacionados com a venda de ramais de ligação a clientes são tratados como subsídio ao investimento, sendo o rendimento reconhecido ao longo do período da Concessão ao ritmo a que é reconhecida a amortização do direito da Concessão (custo do ramal).

### **3.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, determinados de acordo com o método do juro efetivo, são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

### **3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados e fontes de incerteza associadas a estimativas**

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### **Estimativas contabilísticas relevantes**

##### **3.13.1 Provisões**

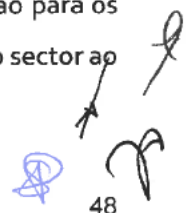
A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

##### **3.13.2 Ativos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.



### 3.13.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

A imparidade para contas a receber é calculada essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem do tipo de clientes, não sendo registada qualquer imparidade para as dívidas de entidades estatais.

### 3.13.4 Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais da Empresa. Os advogados/consultores legais possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permite fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza.

f

g  
m

h

**4. Fluxos de caixa**

**4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa é o seguinte:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Caixa	2 112	2 345
Depósitos bancários	1 290 832	3 418 920
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>1 292 944</u></b>	<b><u>3 421 265</u></b>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa é como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	2 112	2 345
	<b>2 112</b>	<b>2 345</b>
<b>Depósitos Bancários</b>		
- Depósitos à ordem	1 290 832	3 418 920
	<b>1 290 832</b>	<b>3 418 920</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (ativo)</b>	<b><u>1 292 944</u></b>	<b><u>3 421 265</u></b>

Em 2022, a Indaqua Santo Tirso/Trofa mantém com a Indaqua SA o financiamento de longo prazo (suprimentos).

g  
P  
50

## 5. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Total
<b>1 de Janeiro 2022</b>						
Custo de aquisição	406 480	1 350 805	230 148	226 294	12 432	2 226 159
Depreciações acumuladas	-406 276	-903 895	-163 760	-214 767	-11 789	-1 700 487
<b>Valor líquido</b>	<b>204</b>	<b>446 910</b>	<b>66 388</b>	<b>11 527</b>	<b>643</b>	<b>525 672</b>
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
Adições	-	35 229	-	10 430	-	45 659
Transferências de inventários	-	160 460	-	-	-	160 460
Alienações	-	-105 554	-	-	-	-105 555
Transferências e abates	-	-	-	-1 432	-	-1 432
Depreciações - exercício	-204	-121 980	-29 756	-8 323	-643	-160 908
Depreciações - alienações	-	103 773	-	730	-	104 503
Depreciações - transf e abates	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>71 928</b>	<b>-29 758</b>	<b>1 405</b>	<b>-643</b>	<b>42 727</b>
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
Custo de aquisição	406 480	1 440 940	230 148	235 292	12 432	2 325 291
Depreciações acumuladas	-406 480	-922 102	-193 518	-222 360	-12 432	-1 756 892
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>518 838</b>	<b>36 630</b>	<b>12 932</b>	<b>-</b>	<b>568 399</b>
<b>1 de janeiro de 2021</b>						
Custo de aquisição	406 480	1 326 257	230 159	228 168	12 432	2 203 496
Depreciações acumuladas	-405 704	-832 453	-158 985	-211 958	-11 134	-1 620 233
<b>Valor líquido</b>	<b>776</b>	<b>493 805</b>	<b>71 174</b>	<b>16 210</b>	<b>1 298</b>	<b>583 263</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
Adições	-	66 770	25 235	6 083	-	98 087
Alienações	-	-42 222	-25 246	-3 032	-	-70 500
Transferências e abates	-	-	-	-4 925	-	-4 925
Depreciações - exercício	-572	-110 137	-30 021	-10 766	-655	-152 150
Depreciações - alienações	-	38 694	25 246	3 032	-	66 972
Depreciações - transf e abates	-	-	-	4 925	-	4 925
<b>Valor líquido</b>	<b>-572</b>	<b>-46 894</b>	<b>-4 786</b>	<b>-4 683</b>	<b>-655</b>	<b>-57 591</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
Custo de aquisição	406 480	1 350 806	230 148	226 294	12 432	2 226 159
Depreciações acumuladas	-406 275	-903 895	-163 760	-214 767	-11 789	-1 700 487
<b>Valor líquido</b>	<b>204</b>	<b>446 910</b>	<b>66 388</b>	<b>11 527</b>	<b>643</b>	<b>525 672</b>

Não existem indícios de perdas por imparidade, pelo que não foram efetuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12. As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Depreciações do exercício" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

O equipamento básico refere-se na sua maioria a contadores de mediação e consumos de água (ver nota 8), máquinas e ferramentas e utensílios de uso diário, os quais se encontram na sua totalidade em pleno funcionamento.

## 6. Ativos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se essencialmente aos valores das infraestruturas reconhecidos como direito da concessão. Estas infraestruturas são reversíveis para os Municípios no final da concessão.

A evolução registada para os períodos de 2022 e 2021 foi como segue:

	Projectos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Direito da Concessão	Ativos em curso	Total
<b>1 de Janeiro 2022</b>						
Custo de aquisição	213 934	70 632	9 242	28 836 520	45 130	29 175 458
Depreciações acumuladas	-213 934	-67 204	-9 242	-14 501 338	-	-14 791 718
<b>Valor líquido</b>	-	<b>3 428</b>	-	<b>14 335 182</b>	<b>45 130</b>	<b>14 383 740</b>
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
Adições	-	-	-	234 588	389 067	623 655
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	11 500	-11 500	-
Depreciações - exercício	-	-1 371	-	-519 456	-	-520 827
Depreciações - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciações - transfe abates	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	-	<b>-1 371</b>	-	<b>-273 368</b>	<b>377 567</b>	<b>102 828</b>
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
Custo de aquisição	213 934	70 632	9 242	29 082 608	422 697	29 799 113
Depreciações acumuladas	-213 934	-68 575	-9 242	-15 020 794	-	-15 312 545
<b>Valor líquido</b>	-	<b>2 057</b>	-	<b>14 061 814</b>	<b>422 697</b>	<b>14 486 568</b>
<b>1 de Janeiro 2021</b>						
Custo de aquisição	213 934	66 518	9 242	28 449 003	170 360	28 909 057
Depreciações acumuladas	-213 934	-66 518	-9 242	-13 604 375	-	-13 894 069
<b>Valor líquido</b>	-	-	-	<b>14 844 628</b>	<b>170 360</b>	<b>15 014 988</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
Adições	-	4 114	-	387 517	182 680	574 311
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-307 909	-307 909
Depreciações - exercício	-	-686	-	-896 963	-	-897 649
Depreciações - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciações - transfe abates	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	-	<b>3 428</b>	-	<b>-509 446</b>	<b>-125 229</b>	<b>-631 247</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
Custo de aquisição	213 934	70 632	9 242	28 836 520	45 130	29 175 458
Depreciações acumuladas	-213 934	-67 204	-9 242	-14 501 338	-	-14 791 718
<b>Valor líquido</b>	-	<b>3 428</b>	-	<b>14 335 182</b>	<b>45 130</b>	<b>14 383 740</b>

As adições do exercício referem-se essencialmente a extensões de rede e investimento em novos ramos de ligação.

*(Handwritten signatures and initials)*

## 7. Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos nas diferenças temporárias e rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

	dez/22		dez/21		Variação
	Base	I. Diferido	Base	I. Diferido	
<b>Ativos</b>					
Ajustamentos de conversão SNC	279 116	62 801	289 518	65 141	-2 340
	<u>279 116</u>	<u>62 801</u>	<u>289 518</u>	<u>65 141</u>	<u>-2 340</u>
<b>Passivos</b>					
Ramais (notas 14)	1 386 510	311 965	1 394 310	313 720	-1 755
Subsídio P.O.V.T. (nota 14)	1 013 009	227 927	1 050 763	236 422	-8 495
	<u>2 399 519</u>	<u>539 892</u>	<u>2 445 073</u>	<u>550 141</u>	<u>-10 249</u>
<b>Impacto líquido</b>	<u>5 357 270</u>	<u>1 205 385</u>	<u>-2 155 555</u>	<u>-485 000</u>	<u>7 909</u>
Variação por capital próprio (nota 14)					-10 249
Variação por resultados (nota 24)					-2 340

Como os proveitos dos ramais se encontram registados em Capital Próprio (rubrica de Outras Reservas e Outras Variações no Capital Próprio, respetivamente) os Impostos Diferidos foram também registados em Capital Próprio (Outras Variações no Capital Próprio – nota 14).

Foi analisado pela Autoridade Tributária ("AT") o enquadramento fiscal dado aos ajustamentos de transição associados à adoção do SNC, mais concretamente os relativos à aplicação da IFRIC12. Foi defendido pela AT um enquadramento fiscal diferente do que havia sido adotado pela Indaqua Santo Tirso/Trofa, em particular, a consideração dos ajustamentos de transição durante o período remanescente da concessão e não durante o período de 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos por impostos diferidos estão calculados à taxa de 22,5% (22,5% em 31 de dezembro de 2021).



## 8. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Materiais	38 820	43 499
Produtos acabados	-	-
	<b>38 820</b>	<b>43 499</b>
Ajustamentos de Inventário	-	1 012
<b>Total Inventários</b>	<b>38 820</b>	<b>44 511</b>

O custo dos inventários reconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 1.784.491 euros (31 de dezembro de 2021: 1.679.360 euros), conforme se evidencia abaixo.

	<u>dez/22</u>		<u>dez/21</u>	
	<u>Mercadorias</u>	<u>Mat. Primas</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Mat. Primas</u>
Existências iniciais	-	44 511	-	52 386
Compras	1 753 543	185 717	1 651 268	81 193
Transferência de contadores (nota 5)	-	-160 460	-	-60 975
Existências finais	-	38 820	-	44 511
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>1 753 543</b>	<b>30 948</b>	<b>1 651 268</b>	<b>28 092</b>

Os custos de mercadorias referem-se essencialmente à aquisição de água.

O montante de 160.460 euros (2021: 60.975 euros) referem-se à transferência de contadores de medição e consumos de água, que aquando da sua instalação no cliente são capitalizados, isto é, reclassificados em Ativo Fixo Tangível (ver nota 5).

## 9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	dez/22		dez/21	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes c/c - outros	516 120	516 120	473 482	473 482
Clientes cobrança duvidosa	462 380	462 380	510 285	510 285
	978 500	978 500	983 767	983 767
Imparidade	-448 652	-448 652	-488 065	-488 065
<b>Total Clientes</b>	<b>529 848</b>	<b>529 848</b>	<b>495 702</b>	<b>495 702</b>

### Imparidade

A Indaqua Santo Tirso/Trofa tem reunido esforços no que à recuperação de dívida diz respeito, tendo conseguido reaver alguns montantes cuja morosidade foi alvo de reversão.

Tem vindo ainda, a identificar clientes cuja dívida se tornou incobrável, nomeadamente no que diz respeito a clientes com mora superior a 24 meses, onde a perda por imparidade já se encontra reconhecida a 100%, justificando assim o valor registado nas Utilizações:

	dez/22	dez/21
<b>Início do período</b>	<b>488 065</b>	<b>521 146</b>
Aumentos	30 901	24 700
Utilizações	62 326	50 097
Reversões	7 988	7 684
<b>Final do período</b>	<b>448 652</b>	<b>488 065</b>

Para os exercícios apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

**10. Estado e outros entes públicos**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos com o Estado são os seguintes:

	dez/22		dez/21	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/rendimento - IRS	-	10 683	-	4 231
Imposto s/valor acrescentado - IVA	128 249	5 481	-	7 616
Contribuições p/segurança social	-	16 071	-	12 130
	<b>128 249</b>	<b>32 235</b>	<b>-</b>	<b>23 978</b>

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) do Grupo Indaqua. A consolidação fiscal inclui as empresas Indaqua S.A., Indaqua Santo Tirso/Trofa S.A., Indaqua Feira S.A., Indaqua Fafe S.A., Indaqua Matosinhos S.A., Indaqua Vila do Conde S.A., Indaqua Oliveira de Azeméis S. A. e Aqualevel, Lda., sendo a Indaqua S.A. (nota 13) responsável pelo pagamento dos impostos do Grupo. O valor a pagar/receber resultante do apuramento do imposto do exercício (IRC), é registado por contrapartida da rubrica Acionistas (nota 27), cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 ascende a 344.981 euros (778.198 euros em 31 de dezembro de 2021).

Nos termos do nº 21 do DL 411/91 de 17/10, informa-se que em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

**11. Outros créditos a receber**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como segue:

	dez/22		dez/21	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	2 308	2 308	39 292	39 292
Devedores por acréscimos rendimentos	423 640	423 640	393 710	393 710
	425 948	425 948	433 002	433 002
Ajustamentos				
<b>Outras créditos a receber</b>	<b>425 948</b>	<b>425 948</b>	<b>433 002</b>	<b>433 002</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. A rubrica "devedores por acréscimos de rendimentos" refere-se a valores de venda de água e serviços prestados, mas que ainda não foram faturados.

**12. Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Indaqua Santo Tirso/Trofa tem registado na rubrica de diferimentos ativos os seguintes saldos:

	dez/22	dez/21
Seguros	9 360	18 814
Outros serviços	982	867
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>10 342</b>	<b>19 680</b>





### **13. Capital**

#### **Capital subscrito**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Indaqua Santo Tirso/Trofa ascende a 3.500.000 euros e encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

A INDAQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A. detêm uma participação de 100%.

### **14. Reservas e Resultados Transitados**

#### **14.1. Reserva Legal**

Nos termos da lei (20% do Capital Social), a Reserva Legal ficou totalmente constituída no exercício findo em 31/12/2022. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

#### **14.2. Resultados Transitados**

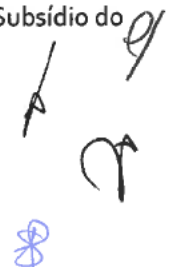
Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 25 de março de 2022, foi decidida a aplicação do resultado líquido referente ao exercício de 2021, no valor de 2.493.292,27 euros, da seguinte forma:

4.570,86 euros para Reservas Legais

2.488.721,41 euros para distribuição ao acionista

#### **14.3. Outras Variações no Capital Próprio**

Esta rubrica inclui os valores recebidos por contrapartida de construção de ramais de ligação à rede global, que estão a ser equiparados a um subsídio pelo que foram registados em capitais próprios e estão a ser reconhecidos como rendimento ao longo do período de amortização desses ramais de ligação e os respetivos impostos diferidos. Os referidos montantes em aberto correspondem a ramais que se encontram ativos com efeitos a 31 de dezembro de 2022. Inclui também o valor do Subsídio do POVT e os respetivos impostos diferidos.



	<b>dez/22</b>	<b>dez/21</b>	<b>Varição</b>
Compensação pela construção dos ramais (nota 7)	1 386 510	1 394 310	-7 800
Impostos diferidos pela construção dos ramais (nota 7)	-311 965	-313 720	1 755
Subsídio P.O.V.T. (nota 7)	1 013 009	1 050 763	-37 754
Impostos Diferidos P.O.V.T. (nota 7)	-227 927	-236 422	8 495
	<b>1 859 627</b>	<b>1 894 932</b>	<b>-35 304</b>

Em novembro de 2014, foi recebido um subsídio no valor de 1.779.434 Euros, resultante do contrato de financiamento entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território (P.O.V.T.) e a Indaqua Santo Tirso/Trofa. Em setembro de 2016, foi recebido o valor 92.993,05 Euros no âmbito do referido contrato. O contrato tem por objeto a concessão de uma comparticipação financeira a fundo perdido do Fundo de Coesão, destinada a financiar a construção das redes de água em “baixa” em Santo Tirso e Trofa, no Lote I – concelho de Santo Tirso/Trofa – Sistemas de Santo Tirso (Vale do Ave).

Este subsídio tem como principal objetivo, garantir um nível de atendimento das populações em cumprimento com as metas estipuladas no PEAASAR 2007 2013 e de acordo com a legislação em vigor, assim como eliminar os graves problemas de falta de controlo de água consumida atualmente pelas populações, que residem em zonas onde não existe serviço público de abastecimento de água.

No período de 2022 foi reconhecido um proveito (nota 22) no montante de 37.754 euros relativos à imputação do subsídio.

Nos períodos de 2022 e 2021 as rubricas de Ramais e Subsídios tiveram os seguintes movimentos:

	<b>dez/22</b>		<b>dez/21</b>	
	<b>Ramais</b>	<b>Subsídios P.O.V.T.</b>	<b>Ramais</b>	<b>Subsídios P.O.V.T.</b>
Início do exercício	1 394 310	1 050 763	1 454 766	1 117 184
Aumentos	43 261	-	26 719	-
Diminuições	-	-	-	-
Reconhecimentos	51 061	37 754	87 176	66 421
<b>Fim do exercício (nota 7)</b>	<b>1 386 510</b>	<b>1 013 009</b>	<b>1 394 310</b>	<b>1 050 763</b>



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

## 15. Financiamentos obtidos

O detalhe de financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo e maturidade, no final do período, é como segue:

	dez/22		dez/21	
	Corrente (até 1 ano)	Entre 2 e 5 anos	Corrente (até 1 ano)	Entre 2 e 5 anos
Locações Financeiras	5 607	10 221	5 544	15 791
Suprimentos Acionistas (nota 27)	1 446 347	5 349 999	1 296 615	6 796 347
<b>Financiamentos obtidos</b>	<b>1 451 954</b>	<b>5 360 220</b>	<b>1 302 159</b>	<b>6 812 137</b>

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

O empréstimo de suprimentos teve amortização de capital durante o ano de 2022, no valor de 1.296.615,49 euros, e ascende em 31 de dezembro de 2022 a 6.796.346,54 euros e tem vigência até ao ano 2026.

O valor das locações pode ser apresentado da seguinte forma:

	dez/22			dez/21		
	Custo aquisição	Amortização acumulada capital	Capital em dívida	Custo aquisição	Amortização acumulada capital	Capital em dívida
Maturas	22 963	7 135	15 828	22 963	1 629	21 335
	<b>22 963</b>	<b>7 135</b>	<b>15 828</b>	<b>22 963</b>	<b>1 629</b>	<b>21 335</b>

## 16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos de fornecedores dizem respeito a:

	dez/22			dez/21		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores</b>						
Fornecedores - grupo (nota 27)	776 285	-	776 285	17 083	-	17 083
Fornecedores - terceiros	224 440	-	224 440	74 841	-	74 841
<b>Total Fornecedores</b>	<b>1 000 725</b>	<b>-</b>	<b>1 000 725</b>	<b>91 924</b>	<b>-</b>	<b>91 924</b>

### 17. Outros créditos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	dez/22			dez/21		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores Investimentos</b>						
Fornecedores gerais	6 677	-	6 677	-	-	-
<b>Outros Credores</b>						
Taxa de recursos hídricos, saneamento e TRSU	i) 181 681	-	181 681	160 035	-	160 035
Credores diversos	ii) 679 566	-	679 566	660 139	-	660 139
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>						
Férias e subs. de férias	106 297	-	106 297	97 636	-	97 636
Aquisição de água	162 163	-	162 163	149 444	-	149 444
Juros/comissões a liquidar (nota 27)	121 810	-	121 810	112 546	-	112 546
Outros	iii) 108 440	-	108 440	51 578	-	51 578
<b>Outras dívidas a pagar</b>	<b>1 366 634</b>	<b>-</b>	<b>1 366 634</b>	<b>1 231 378</b>	<b>-</b>	<b>1 231 378</b>

- i) Taxa de recursos hídricos, saneamento e TRSU - este saldo refere-se essencialmente ao valor de resíduos sólidos urbanos recebidos pela Empresa por conta e ordem e a pagar aos Municípios de Santo Tirso e Trofa.
- ii) A rubrica Credores diversos refere-se maioritariamente a depósitos de caução dos consumidores de água e de retenções de garantia de obras associadas ao plano de investimento.

### 18. Provisões

A provisão para riscos e encargos no montante de 17.633 euros encontra-se constituída para fazer face aos riscos decorrentes da atividade.

### 19. Vendas e Serviços Prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	dez/22	dez/21
Venda de Água	3 320 857	4 135 810
Prestação de Serviços	3 859 943	4 125 297
Proveitos - Contratos de construção	623 655	265 501
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>7 804 455</b>	<b>8 526 609</b>



Com base na aplicação do IFRIC 12 foram registados valores relativos a Contratos de Construção, assim discriminados:

<b>Proveitos - Contratos de construção</b>	<b>dez/22</b>	<b>dez/21</b>
Serviços de construção (nota 20)	486 563	194 741
Capitalização do custo dos ramais	137 092	70 760
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>623 655</b>	<b>265 501</b>

O valor relativo aos serviços de construção está igualmente refletido em Fornecimentos e Serviços Externos (nota 20).

## 20. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<b>dez/22</b>	<b>dez/21</b>
Subcontratos - Contratos de construção (nota 19)	486 563	194 741
Subcontratos	184 718	97 020
Trabalhos especializados	1 679 803	1 021 643
Conservação e Reparação	30 711	24 053
Rendas e alugueres	80 940	80 560
Outros	300 633	295 403
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>2 763 368</b>	<b>1 713 420</b>

Relativamente aos Subcontratos – Contratos de Construção – ver nota 19. A rubrica “Trabalhos especializados” refere-se essencialmente aos serviços de assistência técnica e serviços de gestão do sistema de informação.

## 21. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal foram como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Remunerações		
Pessoal	676 893	627 232
<b>Sub-total</b>	<b>676 893</b>	<b>627 232</b>
Encargos Sociais		
Encargos sobre remunerações	139 565	130 539
Custos de acção social	66 982	68 113
Outros	26 635	23 249
<b>Sub-total</b>	<b>233 182</b>	<b>221 901</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>910 075</b>	<b>849 133</b>

Durante o exercício de 2022, o número médio de pessoas ao serviço da Empresa foi de 44 (2021: 43).

## 22. Outros rendimentos e outros gastos

O detalhe dos outros rendimentos e outros gastos é como se segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
<b>Outros Rendimentos</b>		
Rendimentos Suplementares	235 315	218 058
Rend. Inv. Nfin.	7 918	10 051
Outros rendimentos	167 124	180 680
	<b>410 357</b>	<b>408 789</b>
<b>Outros Gastos</b>		
Impostos e Taxas	116 827	113 404
Dividas Incobráveis	1 702	12 508
Gastos e perdas inv. Não financeiros	2 784	2 615
Outros gastos	609	1 637
	<b>121 922</b>	<b>130 164</b>

Na rubrica de Rendimentos suplementares estão incluídos os valores das taxas de recursos hídricos (TRH) e a faturação emitida a título de cobrança de TRSU ao concedente. Na rubrica outros rendimentos estão relevados, essencialmente, estão incluídos rendimentos relacionados com as cobranças de clientes e ainda 37.754 euros relativo à imputação do subsídio ao investimento e 51.061 euros relativos a ramais (66.421 euros e 87.176 euros, respetivamente em 31 de dezembro de 2021), que se prolongará até ao final da vida útil da Concessão e ainda os montantes relativos à imputação dos ramais, que são tratados como um subsídio (nota 14.3).

### 23. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
<b>Gastos financeiros</b>		
Juros suportados (nota 27)	384 049	415 901
Outros gastos e perdas de financiamento	-	300
	<u>384 049</u>	<u>416 201</u>
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros obtidos	177 278	190 958
	<u>177 278</u>	<u>190 958</u>

Os rendimentos financeiros referem-se a juros de mora obtidos de clientes.

### 24. Imposto sobre o rendimento do período

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou esteja em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. A Empresa encontra-se incluída no perímetro de consolidação fiscal do Grupo Indaqua (nota 10).

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações dos resultados, é conforme segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Imposto s/rendimento corrente	396 665	776 660
Imposto s/rendimento diferido	2 340	4 118
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<u>399 005</u>	<u>780 778</u>

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 725 948</b>	<b>3 274 070</b>
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	-10 372	-
Mais / Menos - valias fiscais	3 186	3 709
Mais / Menos - valias contabilísticas	-6 389	-7 438
Outros efeitos líquidos	-11 341	-58 864
<b>Matéria Coletável</b>	<b>1 701 032</b>	<b>3 211 480</b>
Taxa de imposto	21%	21%
	<b>357 217</b>	<b>674 411</b>
Derrama e Tributação autónoma	35 921	103 787
Imputação DC	2 340	4 118
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	3 527	-1 538
	<b>399 005</b>	<b>780 778</b>

## 25. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Indaqua Santo Tirso/Trofa, são como segue:

### Compromissos para investimentos

Para a Concessão de Santo Tirso / Trofa, os compromissos de investimento, para o período de 01/01/2023 a 31/12/2023, compreendem um montante de 1.115.304 euros (preços correntes), referentes à execução de obras de ampliação, reabilitação e renovação de ativos horizontais de abastecimento de água.

Podem vir a ser consubstanciados compromissos incrementais para este tipo de trabalhos, ou outros, conforme previsto no Caso Base da Concessão, e por forma a garantir a eficiência operacional.

## 26. Contingências e garantias

### Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, a Indaqua Santo Tirso/Trofa tinha processos judiciais em curso para os quais não foram registadas provisões por ser convicção do Conselho de Administração, apoiada nos pareceres dos seus assessores legais, que o desfecho das mesmas será favorável à Empresa.

## Garantias

Foram prestadas as seguintes garantias bancárias por conta da Empresa:

<u>Entidade beneficiária</u>	<u>Objecto</u>	<u>Valor</u>
Câmara Municipal de Santo Tirso	Concessão	3 209 125
EP-Estradas de Portugal, E.P.E.	Abertura Valas instalação ramais	2 500

As ações representativas no capital social da sociedade encontram-se penhoradas no âmbito do refinanciamento (nota 15).

### 27. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a Indaqua Santo Tirso/Trofa é participada pela Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A. que detém 100% do capital da Empresa, sendo as demonstrações financeiras da Empresa consolidadas nas daquela entidade.

#### 27.1. Transações entre partes relacionadas

##### (a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

**Acionistas:** Débitos relativos à administração e outros custos da holding.

**Outras Empresas do Grupo:** Essencialmente serviços de assistência técnica e serviços informáticos.



**(b) Transações**

Durante o exercício de 2022 e 2021, a Indaqua Santo Tirso/Trofa efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	dez/22			
	CMVMC	FSE / Custos com o pessoal	Outros gastos e perdas	Gastos financiamento
<b>Empresas do Grupo:</b>				
Indaqua, S.A.	-	1 178 156	-	383 755
Indaqua Vila do Conde, S.A.	5 869	-	186	-
Aqualevel, Lda	-	492 886	-	-
<b>Total</b>	<b>5 869</b>	<b>1 671 042</b>	<b>186</b>	<b>383 755</b>

	dez/21			
	CMVMC	FSE / Custos com o pessoal	Outros gastos e perdas	Gastos financiamento
<b>Empresas do Grupo:</b>				
Indaqua, S.A.	-	582 030	-	415 851
Indaqua Vila do Conde, S.A.	4 756	-	151	-
Aqualevel, Lda	-	475 464	-	-
<b>Total</b>	<b>4 756</b>	<b>1 057 494</b>	<b>151</b>	<b>415 851</b>

Os fluxos entre partes relacionadas decorrem de transações comerciais e financeiras efetuadas a preços de mercado:

**(c) Saldos**

A 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	dez/22			
	Financiamentos obtidos (nota 15)	Fornecedores e Outras contas a pagar (notas 16 e 17)	Acionistas (notas 10 e 24)	Cilientas e Outras Contas a Receber (nota 9 e 11)
<b>Empresas do Grupo:</b>				
Indaqua, S.A.	-6 796 347	-849 431	-344 981	1 319
Indaqua Vila do Conde, S.A.	-	-	-	-
Aqualevel, Lda	-	-48 664	-	-
<b>Total</b>	<b>-6 796 347</b>	<b>-898 095</b>	<b>-344 981</b>	<b>1 319</b>

	dez/21			
	Financiamentos obtidos (nota 15)	Fornecedores e Outras contas a pagar (notas 16 e 17)	Acionistas (notas 10 e 24)	Cilientas e Outras Contas a Receber (nota 9 e 11)
<b>Empresas do Grupo:</b>				
Indaqua, S.A.	-8 092 962	-	-778 198	-
Indaqua Vila do Conde, S.A.	-	-2 324	-	-
Aqualevel, Lda	-	-14 759	-	-
<b>Total</b>	<b>-8 092 962</b>	<b>-17 083</b>	<b>-778 198</b>	<b>-</b>

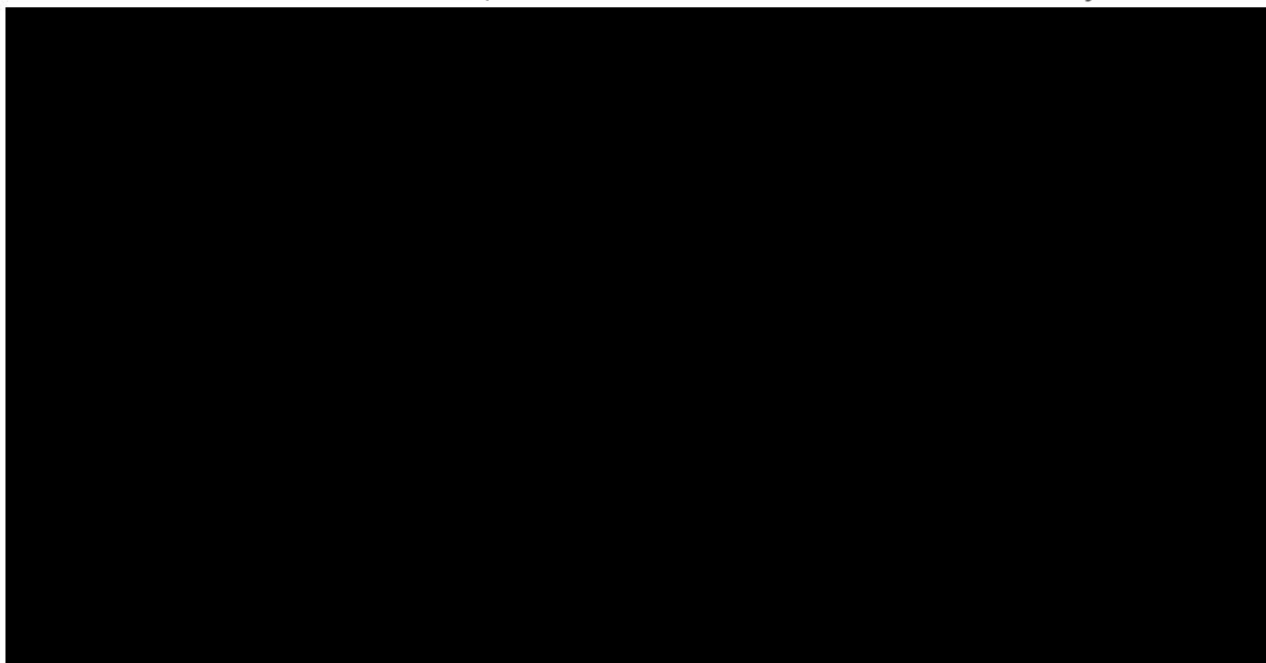
**28. Eventos subsequentes**

A esta data, o Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2022 que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

Santo Tirso, 24 de março de 2023

**O Contabilista Certificado,**

**O Conselho de Administração,**



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Acionista da  
Indaqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Indaqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 10 de abril de 2023

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por

Registo na OROC

Registo na CMVM



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Indaqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 17.548.999 euros e um total de capital próprio de 7.434.727 euros, incluindo um resultado líquido de 1.375.100 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Indaqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

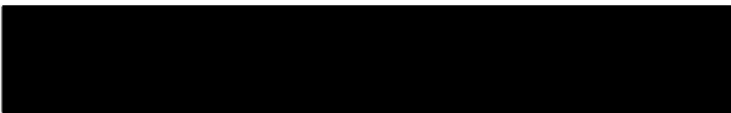
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.


## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

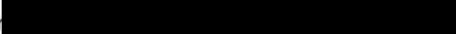
### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 10 de abril de 2023

  
Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por 

Registo na OROC n.º 

Registo na CMVM n.º 